

A RESTAURAÇÃO DO TOMISMO EM PORTUGAL
NO SÉCULO XIX:
AS *INSTITUIÇÕES CHRISTÃS* E A ACADEMIA
DE S. TOMÁS DE AQUINO EM COIMBRA (1880-1893) *

NUNO ESTÊVÃO

Na década de 80 do século XIX, a restauração do tomismo em Portugal teve como centro a diocese de Coimbra, então governada por D. Manuel Correia de Bastos Pina (1830-1913), que assumiu, entre os bispos portugueses, as primeiras iniciativas tendentes a tal objectivo. Referimo-nos à criação de uma cadeira específica no Seminário da diocese (Filosofia Tomista), a uma instituição que desenvolvia actividades regulares (Academia de S. Tomás de Aquino), a um periódico (*Instituições Christãs*), a uma infra-estrutura apropriada (um salão no Seminário) e a uma tipografia destinada à impressão de obras e discursos produzidos pelos intervenientes neste amplo movimento (Typographia das Instituições Christãs, a que sucederia a Typographia do Seminário). Toda esta dinâmica corresponde a uma determinada estratégia eclesial gizada e aplicada por Bastos Pina, principal factor para a sua compreensão.

O elemento de articulação entre estas iniciativas é, sem sombra de dúvida a Academia de S. Tomás de Aquino. Verdadeira actividade extracurricular no Seminário de Coimbra, confere visibilidade e um outro fulgor à criação da referida cadeira. Esta, sendo pré-existente e constituindo a primeira iniciativa do bispo de Coimbra no âmbito da recuperação do tomismo, passaria despercebida e com resultados apenas no médio ou

* Com este texto, revisitamos um trabalho realizado em 1990. Inevitavelmente, introduzimos várias alterações. 14 anos volvidos, a problematização e os instrumentos de análise redireccionaram a abordagem efectuada.

longo prazo, caso a Academia não tivesse sido criada. Por outro lado, a revista é compreendida como o seu órgão oficial, e que, aliás, lhe vai conferir estabilidade. O salão destina-se às suas sessões solenes. A tipografia permite imprimir o seu periódico e as intervenções produzidas a partir da sua dinâmica interna.

Sem serem cronologicamente o primeiro evento que visava a recuperação do tomismo em Coimbra, as *Instituições Christãs* são a sua face visível e mais regular. Por isso mesmo, será em torno desta publicação que iremos iniciar a abordagem. Depois, centraremos a atenção na estratégia subjacente a este movimento e no seu principal responsável. Nos dois momentos seguintes, reportar-nos-emos ao centro do projecto, a Academia, e às suas duas principais etapas, cujo separador reside na intervenção de um tardio mas marcante protagonista, Tiago Sinibaldi (1856-1928). Terminaremos com um breve balanço dos principais eixos desta dinâmica eclesial.

1. O programa das *Instituições Christãs*

Em 5 de Janeiro de 1883, era publicado o primeiro número de *Instituições Christãs. Revista Quinzenal, Religiosa, Scientífica e Litteraria. Órgão da Academia de Santo Thomaz d'Aquino no Seminário Episcopal de Coimbra*. Como o título indicava, tratava-se do órgão oficial de uma instituição específica, a Academia de S. Tomás de Aquino, cujo principal responsável era o bispo de Coimbra e cuja direcção era assegurada pelo vice-reitor do Seminário, António José da Silva (1836-1905)¹, que seria sempre o responsável máximo pela revista. Na redacção e entre os colaboradores das *Instituições Christãs*, encontravam-se, no início, professores do Seminário de Coimbra e da Faculdade de Teologia. Após o conflito

¹ Cf. Programma. I ano, 1.^a série, n.º 1 (5.1.1883) 3-5. António José da Silva nasceu a 17 de Janeiro de 1836, em Ansião, vindo a falecer a 5 de Maio de 1905, em Coimbra. Estudou no Liceu e no Seminário de Coimbra. Presbítero desde 1859, exerceu, de imediato, a função de secretário e de prefeito no Seminário de Coimbra. Em 1861, é-lhe facultada licença para exercer o ensino particular. Foi pároco do Louriçal, professor do Liceu de Coimbra e do Seminário de Coimbra (desde 1868), do qual seria nomeado vice-reitor em 1871. Arcediago do Vouga (desde 1873), cónego da Sé de Coimbra (desde 1890), dirigiria a diocese na ausência de Bastos Pina. Em 1881, seria agraciado com a comenda da Ordem de Cristo e, em 1896, com a Carta de Conselho (cf. *Instituições Christãs*. VIII ano, 1.^a série, n.º 10 [20.5.1890] 300-308; *O*

entre Bastos Pina e os docentes da Faculdade, iniciado em 1885, seriam os professores do Seminário que iriam assumir a responsabilidade pela revista.

O objectivo da publicação foi sempre claro e o seu fim foi anunciado e justificado. Previamente divulgado, o seu programa foi integralmente publicado no primeiro número, acompanhado dos comentários de António José da Silva. Genericamente, pretendia-se veicular os documentos da Santa Sé e os actos jurisdicionais do bispo de Coimbra. Eram anunciados outros dois objectivos mais específicos. Por um lado, «combater pela doutrina catholica, [...] meio d'ordem e tranquilidade pública», instruindo e fazendo «acatar e respeitar o principio da auctoridade nos poderes constituídos, sempre em linguagem urbana e grave». Por outro, constituir um órgão do «movimento scientifico e litterario» da Academia de S. Tomás de Aquino, instituída por Bastos Pina.

Relativamente à intenção mais ampla, podemos afirmar ser a típica de um boletim oficial de uma diocese, à semelhança dos títulos que, de certa forma, substituíram as *Instituições Christãs: o Boletim Mensal do Governo Ecclesiastico da Diocese de Coimbra* (logo em 1893) e o *Boletim da Diocese de Coimbra* (desde 1915). Aliás, o lançamento da primeira destas publicações foi directamente relacionado com o fim da revista que analisamos, mas apenas do ponto de vista do conhecimento dos actos da Santa Sé e daqueles que fossem praticados pelo bispo da diocese ². Ou seja, as «razões ponderosas» que justificaram a interrupção das *Instituições Christãs* não podiam, ainda assim, interferir naquele que havia sido o seu mais amplo objectivo. Ficavam sem um regular veículo as duas intenções mais específicas inicialmente expressas, ainda que a primeira fosse assegurada pelo *Correio Nacional* ³.

Curiosamente, refira-se que, no último número das *Instituições Christãs*, a valorização dos objectivos era, de alguma forma, diferente da

Conimbricense. 5993 [6.5.1905] 1-2).

² Cf. Boletim mensal. *Instituições Christãs*. XI ano, 1.^a série, n.º 4 (20.2.1893) 126.

³ Cf. *Ibidem* e Manuel, bispo-conde – Circular ao Clero da Diocese (30.11.1905). *Revista Ecclesiastica. Jornal Oficial da Diocese de Coimbra*. 1.º ano, n.º 1 (5.1.1906) 1-2 (nesta Circular, Bastos Pina afirmava que a assinatura do *Correio Nacional* e das *Instituições Christãs* ficaria excessivamente onerosa para o clero, tanto mais que uma das suas intenções era coincidente). Note-se, ainda, que em 1906 teria início a *Revista Ecclesiastica. Jornal Oficial da Diocese de Coimbra*. Com esta publicação, pretendia-se, tendo em consideração «as necessidades da Religião, [...] a

que havia sido apresentada inicialmente. Apenas de passagem, se dizia que a publicação tinha sido o órgão da Academia de S. Tomás de Aquino. Afinal, o principal alcance da revista tinha sido duplo: divulgação dos actos da Santa Sé e do governo da diocese de Coimbra, por um lado, «propagar e defender as doutrinas e os direitos da Igreja, no interesse da religião e da pátria», por outro.

Estamos perante uma trajectória entre o que se pretendia que fossem e o que foram, de facto, as *Instituições Christãs*. O objectivo de constituir um órgão da Academia de S. Tomás de Aquino tornara-se, ao longo do tempo, secundário. A dinâmica interna da Academia não requeria uma publicação quinzenal. Possibilitaria apenas dois ou três números por ano, eventualmente acrescidos com outros tantos que incluíssem os trabalhos dos professores do Seminário e membros da Academia.

Mas, também a documentação pontifícia e episcopal, por um lado, e a importância e a vastidão dos debates suscitados pelas polémicas eclesiais e políticas entre 1883 e 1893, por outro, obrigaram a reajustar o perfil do periódico. Estes foram, de facto, os elementos centrais da publicação ao longo dos mais de 10 anos da sua existência. A percepção final quanto à intencionalidade da revista consistia, afinal, no balanço do seu percurso e ilustrava a trajectória realmente verificada.

Esta reavaliação da ordem de prioridades dos objectivos da revista não pode, no entanto, ocultar a profunda unidade programática com que os seus responsáveis a projectaram e executaram. A Academia de S. Tomás de Aquino e as *Instituições Christãs* constituíram apenas instrumentos de uma vasta estratégia, concebida e prosseguida pelo bispo da diocese de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina. A conjuntura eclesial e política e as exigências resultantes de uma publicação quinzenal implicaram um novo escalonamento das prioridades da revista. Esta deixou mesmo de fazer sentido e pôde ser substituída por outros periódicos, um de âmbito nacional e outro local. A instituição que esteve na sua origem também havia cumprido os seus objectivos. Do ponto de vista instrumental, ambas deixaram de fazer sentido.

A estratégia de governo da diocese que Bastos Pina aplicou pode ser definida como a reorganização da Igreja por uma tripla contraposição: às divisões políticas dos católicos, entre legitimistas e liberais; às excessivas interferências do Estado sobre as instituições eclesiais, ou seja, o regalismo; e à modernidade, com a pulverização das ciências e as críticas sobre os fundamentos da religião católica e sobre o lugar da Igreja na sociedade. Para enfrentar estes três problemas, o bispo de Coimbra recorreu à defesa da unidade dos católicos em torno dos interesses centrais da

Igreja, à reivindicação da autonomia da acção do papa e dos bispos por ele nomeados e, finalmente, à valorização e ao desenvolvimento dos estudos sobre a filosofia tomista.

D. Manuel Correia de Bastos Pina seria um claro adepto da política de *ralliement* proposta por Leão XIII, por intermédio da qual a Igreja aceitava, por princípio, os regimes políticos estabelecidos e remetia os seus esforços para debates sobre legislação específica que fosse adoptada ou estivesse em vias de o ser. Desse modo, seria possível estabelecer, por um lado, a “harmonia” (e não a concorrência) entre o Estado e a Igreja, em torno de finalidades comuns, mas realizadas em planos distintos e com recurso a instrumentos diferenciados. Por outro lado, eram superadas as divergências no universo católico, que no caso português eram profundas, quanto ao tipo de regime político mais adequado à prossecução da missão eclesiástica. Dada a importância da imprensa no final do século XIX, as *Instituições Christãs* pretendiam ser um espaço de expressão e de clarificação das posturas do bispo de Coimbra quanto ao lugar da Igreja católica em Portugal ⁴.

Nas preocupações de Bastos Pina quanto à formação do clero e ao debate com as ciências modernas, o tomismo ocuparia um lugar central, depois de Leão XIII, em 1879, indicar a sua recuperação. Tratava-se de um sistema filosófico solidamente estruturado, que permitiria dar resposta a vastas questões e que viabilizava o debate sobre os novos problemas colocados pelas fragmentadas ciências modernas. Na sequência do positivismo, pretendia-se uma grande síntese, firmada num conjunto de grandes princípios, de cuja dedução se resolveriam as polémicas típicas dos debates contemporâneos. Por intermédio da restauração do tomismo nas escolas católicas, a religião e a teologia saíam, seguramente, reforçadas. É neste contexto mais específico que a revista é criada, depois da introdução no *curriculum* do Seminário de uma disciplina dedicada à filosofia tomista, logo em 1879, e da criação da Academia de S. Tomás de Aquino, no ano seguinte.

A valorização do debate teológico e a restauração do tomismo relacionam-se com o tipo de intervenção política que Bastos Pina reivindicava para a Igreja católica no final do século XIX em Portugal. Por um lado, as

importância d’esta Diocese, e [...] os meritos e brios dos Professores do Seminario de Coimbra», preencher algumas das lacunas reveladas pelo *Boletim Mensal do Governo da Diocese de Coimbra* (*Ibidem* 2).

⁴ Sobre o papel da imprensa católica e a sua qualificação como “apostolado dos tempos modernos”, cf., por exemplo, os seguintes artigos publicados na revista: Dr. B.

relações entre o Estado e a Igreja e a definição do espaço da religião na sociedade requeriam um sistema de compreensão global. Por outro, o racionalismo e o positivismo haviam abalado a credibilidade da Igreja católica e da organização social que esta propunha. Era, portanto, necessário sustentar a actuação dos católicos na sociedade e legitimar a ordem social e moral que o catolicismo transportava e pretendia aplicar. O tomismo permitiria demonstrar a inexistência de contradições entre as ciências e a fé, contribuindo, assim, para «o legítimo progresso das sciencias, a ordem e a paz social»⁵. Um discurso teológico profundamente estruturado legitimava um determinado modelo de actuação pública por parte dos católicos.

Extremamente regular, sempre com data de todos os dias 5 e 20 de cada mês, as *Instituições Christãs* terminariam a 20 de Fevereiro de 1893. Em cada ano, a revista era composta por duas séries cronológicas, correspondentes a cada um dos semestres e sempre com 12 números: a 1.^a série era publicada entre 5 de Janeiro e 20 de Junho, enquanto a 2.^a série tinha datas compreendidas entre 5 de Julho e 20 de Dezembro. No XI e último ano (1893), apenas se publicaram quatro números. A sua estrutura era simples. Sempre com 32 páginas⁶, a abertura era, no geral, dedicada a documentos oficiais, em secções apropriadas (Actos da Santa Sé e Actos Episcopais no Governo da Diocese de Coimbra). Seguiam-se trabalhos de investigação (os mais importantes e extensos em continuação) e algumas secções fixas (Crónica Política, Crónica Religiosa, Consultas, Notícias Diversas, Parnaso Mariano, que era acompanhado da Nota Epistolar, e um Índice semestral)⁷.

As *Instituições Christãs* não deixaram também de constituir um veículo para a divulgação dos trabalhos que eram efectuados pelos professores do Seminário de Coimbra e, numa primeira fase, pelos docentes da Faculdade de Teologia. A partir de 1887, a revista possuiria uma tipografia própria, que permitia, ainda, imprimir os trabalhos realizados a pretexto da Academia de S. Tomás de Aquino⁸. A revista era um espaço para a

de Madureira – Como deve proceder a imprensa religiosa. I ano, 1.^a série, n.º 1 (5.1.1883) 5--8; O sr. bispo de Olinda e a imprensa catholica. (Circular de D. João Esberard aos párocos). X ano, 1.^a série, n.º 9 (5.5.1892) 257-259.

⁵ A Redacção – 20 de Maio de 1883. *Instituições Christãs*. I ano, 1.^a série, n.º 10 (20.5.1883) 261-262.

⁶ À excepção de um único número duplo: X ano, 1.^a série, n.ºs 11 e 12 (20.6.1892).

⁷ Não possuímos elementos sistemáticos e seguros quanto à circulação da revista. É mencionada a existência de assinantes (em 1886, por exemplo, seriam 967: cf. IV ano, 2.^a série, n.º 11 [5.12.1886]).

divulgação da produção teológica destes agentes, dada a existência de outras publicações na mesma época ⁹. No conflito estabelecido entre Bastos Pina e os professores da Faculdade de Teologia, o Seminário de Coimbra e a Academia seriam compreendidos como as instituições que poderiam, de certa forma, concorrer, no plano da produção doutrinal, com aquela Faculdade, gradualmente descredibilizada e esvaziada de sentido junto do episcopado português.

As *Instituições Christãs* resultam, portanto, da estratégia de governo da diocese de Coimbra que Bastos Pina desenvolveu e, de forma mais imediata, de um dos seus principais pilares: a recuperação do tomismo, na qual também se inscreve a criação da Academia de S. Tomás de Aquino. A visibilidade desta instituição ocorre, principalmente, por intermédio da revista, ou melhor, e de acordo com os responsáveis de ambas, é com a criação de um órgão oficial que o funcionamento da Academia adquire uma dimensão estável.

2. D. Manuel Correia de Bastos Pina como bispo de Coimbra e a sua estratégia de governo

2.1. Uma nomeação envolvida em polémica

Entre 1872 e 1913, D. Manuel Correia de Bastos Pina preside aos destinos da diocese de Coimbra. Sucedendo a D. José Manuel de Lemos (1791-1870), de quem havia sido o “braço-direito”, asseguraria a estabilidade governativa da diocese após a complexa instauração do regime liberal. A sua nomeação não foi, contudo, pacífica.

Entre 1834 e 1842, a diocese de Coimbra estaria em regime de dupla jurisdição. De um lado, o bispo nomeado em período miguelista e reconhecido pela Santa Sé, D. Frei Joaquim de Nossa Senhora da Nazaré, ou

⁸ Entre 1883 e 1884 (do I ano, 1.ª série, n.º 1 [5.1.1883] até II ano, 1.ª série, n.º 5 [5.3.1884]), a revista seria publicada pela Imprensa Independência. Entre 1884 e 1886 (do II ano, 1.ª série, n.º 6 [20.3.1884] até IV ano, 2.ª série, n.º 12 [20.12.1886]), na Imprensa da Universidade.

⁹ Em Coimbra, depois da *Revista das Sciencias Ecclesiasticas* (1870-1875) e da *Revista de Theologia. Jornal Religioso, Scientifico, Moral e Litterario* (1877-1878), seria ainda publicada (no mesmo período das *Instituições Christãs*) a *Sciencia Catholica. Revista Mensal de Propaganda Escholastico-Thomista* (1884-1889), dirigida por professores da Faculdade de Teologia. No Porto, mas dirigida por um professor da Universidade de Coimbra, sairia a *Civilização Catholica* (1878-1883). Depois das

os governadores por ele nomeados (Miguel de Almeida e Vasconcelos, primeiro, e José Rodrigues Feio, depois). Do outro, os vigários capitulares, apresentados pelo novo poder político e eleitos pelo cabido (sucessivamente, António Bernardo da Fonseca Moniz, Guilherme Henriques de Carvalho e José Manuel de Lemos).

Note-se que D. Joaquim da Nazaré governava a diocese de Coimbra desde 1824, logo após a demissão, de D. Frei Francisco de S. Luís Saraiva, na sequência da vitória do miguelismo. Quando os liberais alcançam o poder, em 1834, D. Joaquim da Nazaré não se demitiu, tendo permanecido sob prisão, fixado residência em Lisboa e regressado ao Maranhão, no Brasil, onde viria a morrer em 1851¹⁰.

Com o reatamento das relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé, em 1841, abria-se caminho a uma solução consensual entre todas as partes. Apenas em Setembro de 1842, foi concretizado o acordo. António José Lopes de Moraes, cónego da Sé de Évora, antigo professor do Seminário de Coimbra e da Faculdade de Teologia, assumia funções como vigário geral, nomeado pela Santa Sé, reunindo não só a concordância do bispo, em cujo nome governaria, como também do governo português, do cabido e do vigário (José Manuel de Lemos) por este eleito. A situação era definitivamente regularizada.

Ainda assim, a importância da diocese requeria que o seu governo fosse exercido por um bispo. Neste ponto, a concordância apenas foi alcançada após a morte de D. Joaquim da Nazaré (1851). Em Abril de 1852, D. Manuel Bento Rodrigues (1800-1869) toma posse da diocese. Note-se que o governo já o apresentara, em 1850, como coadjutor de D. Joaquim da Nazaré, mas a Santa Sé não o confirmara.

A partir de 1852, portanto, Coimbra é, finalmente, governada por um bispo que reunia o acordo entre o governo português e a Santa Sé. Ainda assim, a acção de D. Manuel Bento Rodrigues seria durante boa parte do tempo mediada por governadores por ele nomeados, dadas as suas largas estadias em Lisboa. O seu governo não seria muito longo: em 1858, seria nomeado patriarca de Lisboa.

Em Novembro de 1858, D. José Manuel de Lemos efectua a sua entrada oficial da diocese. O novo bispo doutorara-se em Teologia, em

Instituições Christãs terem cessado, alguns redactores de *A Ordem*, fundariam, já em 1894, a *Revista Contemporanea. Questões Religiosas, Scientificas, Philosophicas, Historicas e Sociaes* (cf. Carlos Moreira Azevedo – História da teologia em Portugal no século XIX: as revistas da apologetica católica. *Humanística e Teologia*. 23 [2002] 247-286).

1824, e fora pároco de Castelo Viegas até 1828. Com o triunfo do miguelismo teve de abandonar a paróquia, estabelecendo-se na Vista Alegre e, depois, em Lisboa. Em 1834, foi governar o bispado de Pinhel. Tinha sido o terceiro vigário capitular de Coimbra eleito à revelia das disposições do miguelista D. Joaquim da Nazaré, exercendo funções entre 1836 e 1842. Aceitara deixar o cargo perante o acordo entre o governo, a Santa Sé e o bispo (que o não reconheceu). Mais tarde, seria um dos governadores da diocese nomeados por D. Manuel Rodrigues. Seria, ainda, professor na Faculdade de Teologia e vice-reitor da Universidade de Coimbra. Até tomar posse como bispo de Coimbra, seria bispo de Bragança (1854-1856) e de Viseu (1856-1858) ¹¹.

Manuel Bastos Pina acompanhara D. José Manuel de Lemos em Bragança, Viseu e, finalmente, em Coimbra, exercendo sempre as funções de vigário geral. Esta estreita colaboração nasceu da amizade estabelecida entre ambos, quando Bastos Pina foi seu hóspede em Coimbra durante o período em que estudou Direito (1848-1853). A diocese era então governada por D. Manuel Rodrigues e José Manuel de Lemos era docente da Faculdade de Teologia, exercendo ainda funções como governador da diocese na ausência, e por sua nomeação, do prelado.

Concluído o curso de Direito, Bastos Pina estagiou na comarca da Feira. A vida do foro foi interrompida com a ida de José Manuel de Lemos para Bragança, logo em 1854. Acompanhando-o, foi ordenado presbítero pelo novo bispo. Sob o seu patrocínio, foi chantre da Sé, vigário geral e professor no Seminário. Seguiria com D. José Manuel de Lemos para Viseu, em 1856, onde tornaria a ser chantre da Sé e vigário geral, para além de examinador sinodal.

A amizade e a sólida colaboração com um manifesto defensor do constitucionalismo liberal marcariam o percurso de Bastos Pina, tal como os legitimistas fariam questão de recordar, assinalando, principalmente um episódio entretanto ocorrido em Viseu. Nesta diocese, Bastos Pina permaneceria por mais de um ano após o ingresso de D. José Manuel de Lemos em Coimbra, exercendo funções como vigário capitular (1858-1859) até à chegada do novo bispo (D. José Xavier de Cerveira e Sousa). Após o reencontro de ambos em Coimbra, sendo uma vez mais vigário geral (1859-1862), Bastos Pina regressaria a Viseu, na sequência da morte do bispo

¹⁰ Cf. Manuel Augusto Rodrigues – A Hierarquia da Igreja e o Liberalismo. O Bispo de Coimbra, D. Fr. Joaquim de Nossa Senhora da Nazaré (1776-1851), no Contexto da sua Época. In *O Liberalismo na Península Ibérica na Primeira Metade do*

local, em Março de 1862. Mas, a sua condição de vigário capitular eleito, em Maio de 1862, ocorria por sugestão governamental e após a eleição do cabido ter recaído em José Lopes Ribeiro, que não renunciara voluntariamente. A eleição de Bastos Pina viria a ser considerada irregular pelo nuncio em Lisboa, Mons. Ferrieri, e considerada nula pela Santa Sé.

A situação tornar-se-ia mais complexa entre 2 de Outubro e 7 de Novembro do mesmo ano, período em que Bastos Pina permaneceu em Viseu, tendo conhecimento da anulação da sua eleição, e enquanto António Alves Martins, o bispo já eleito da diocese, mas ainda não confirmado, não tomava posse como vigário apostólico, cargo que a Santa Sé pretendia que exercesse transitoriamente, ou seja, até à sua confirmação como bispo local. Esta pretensão da Santa Sé não foi autorizada pelo governo e, por isso mesmo, também não foi executada pelo próprio.

Para a Santa Sé, a administração de Bastos Pina constituía, assim, um atentado do governo português contra a independência da Igreja. O nuncio recordaria que Bastos Pina se encontrava na condição de “intruso”. Para o ministério, tudo devia permanecer como estava, pelo que não era concedido o beneplácito régio ao decreto de nomeação de Alves Martins como vigário apostólico. Para este e para o cabido de Viseu, não podia ser executado qualquer decreto da Santa Sé sem o beneplácito régio. Para Bastos Pina, não era benéfico deixar a diocese sem que esta tivesse alguém que representasse o poder eclesiástico ¹².

Definitivamente resolvida esta questão de Viseu, Bastos Pina regressava a Coimbra para exercer o cargo de vigário geral. Em Janeiro de 1865, D. José Manuel de Lemos confiar-lhe-ia o governo pleno da diocese. As funções de governador do bispado perdurariam até à morte de D. José Manuel de Lemos (26 de Março de 1870). Em Janeiro de 1870, o governo português já o havia nomeado como coadjutor, o que Santa Sé nunca confirmaria. Com a morte do titular da diocese, o cabido elegeu Bastos Pina como vigário capitular. Em Maio, o governo apresentou-o e nomeou-o como bispo de Coimbra. Mais uma vez, a Santa Sé manifestou-se reticente.

Em breves palavras, vale a pena referir os motivos destas reservas por parte da Santa Sé. Para além do atribulado processo de Viseu, havia as suspeitas quanto à sua suposta filiação maçónica e à sua adesão ao regalismo. Mas, principalmente, estava em causa a reivindicação da autonomia da Santa Sé na escolha dos bispos. Convém mesmo referir que o Vaticano não

Século XIX. Coord. de Miriam Halpern Pereira, Maria de Fátima Sá e João B. Serra. 1.º vol.. Lisboa: Sá da Costa, 1982, p. 237-254.

reconhecia ao governo português o direito de apresentar coadjutores, mas apenas os bispos residenciais. Neste período, Bastos Pina estava envolvido na redução dos conventos de religiosas de clausura, uma pretensão governamental perante a qual a imagem do futuro bispo junto do núncio em Lisboa, Oreglia di Santo Stefano, não foi melhorada. Convém acrescentar que o jornal legitimista *A Nação* era particularmente crítico face a Bastos Pina¹³.

Apenas em finais de 1871 a situação foi desbloqueada, e seria já em Janeiro de 1872 que Bastos Pina poderia tomar posse do bispado. Em 19 de Maio deste ano, seria ordenado bispo, e, no mesmo dia, assinaria a sua primeira pastoral. Depois de quase dois anos de resistências por parte da Santa Sé, D. Manuel Correia de Bastos Pina iniciava o seu longo mandato como bispo de Coimbra¹⁴.

2.2. O *ralliement*, a unidade dos católicos e a autonomia da acção da Igreja

Como resulta da sua trajectória eclesial e, designadamente, da polémica que envolveu a sua nomeação para Coimbra, Bastos Pina tinha a simpatia dos políticos liberais e a oposição clara de legitimistas e ultramontanos. A nomeação do seu antecessor, não só para Coimbra como para as dioceses que anteriormente governara e, principalmente, como vigário capitular insinuado ainda em 1836, inscreve-se, claramente, no âmbito da reorganização eclesiástica a que o poder liberal empreende, com o intuito de assegurar a implementação da nova ordem política e impedir os avanços do legitimismo. Bastos Pina ofereceria idênticas garantias quanto à prossecução da mesma estratégia, como se percebe com os seus mandatos em Viseu (1858-1859 e 1862). Mas, quando é nomeado para Coimbra, a questão central que marcara o início da carreira episcopal do seu antecessor, já havia, de certo modo, sido deslocada.

Na década de 70, persistiam importantes divergências entre os católicos. No interior do catolicismo, legitimistas, ultramontanos e intransigentes continuavam a confrontar-se com liberais e regalistas. Estas concepções perpassavam a discussão quanto ao papel da religião na sociedade e quanto

¹¹ Cf. A. Brito Cardoso – *Figuras da Igreja na Diocese de Coimbra. D. José Manuel de Lemos. Vigário Capitular de Coimbra (13.9.1836-30.8.1842) e Bispo Residencial (23.4.1858-26.3.1870)*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1987.

¹² Sobre todo este episódio, cf. A. Jesus Ramos – *O Bispo de Coimbra, D.*

às relações do Estado com a Igreja. Ainda assim, as implicações políticas desses debates não eram tão prementes como na década de 30. As relações diplomáticas com a Santa Sé tinham sido reatadas (1841) e uma nova Concordata havia sido assinada (1848). O “cisma” tinha sido superado. E estes factos não são, de todo, secundários.

Na nossa perspectiva, Bastos Pina não pode ser conotado, sem mais, como um liberal, muito menos como um regalista. Estas acusações eram frequentes por parte da aguerrida propaganda legitimista e, em diferentes momentos, tiveram eco junto da Nunciatura em Lisboa. Mas é necessário ter em conta que, para os defensores do absolutismo, não se podia autonomizar a questão política da questão religiosa, dado que seria a mudança do regime a produzir a recuperação do poder eclesiástico que o liberalismo pusera em causa. Quem o fizesse ou aceitasse certas regras no novo regime seria sempre apontado, pelos legitimistas, como um liberal e um regalista.

De certa forma, Bastos Pina e o seu antecessor em Coimbra representam uma mesma corrente do catolicismo português. A sua adesão ao sistema liberal ou o seu repúdio pelo absolutismo terão ocorrido num plano ideológico. No entanto, as perspectivas que possuíam a respeito das relações entre a Igreja e o Estado, e que terão contribuído para os conotar como “regalistas”, consistiriam, fundamentalmente, numa indispensável conjugação de esforços entre ambas as instituições. Podemos dizer que, para Bastos Pina, a intervenção do Estado sobre a Igreja seria desejada em tudo o que contribuísse para o reforço da sua acção. Pelo contrário, seria considerada abusiva quando contrariasse a autonomia organizativa da Igreja. Estes seriam os pontos centrais, situados num nível bem mais pragmático do que programático.

A colaboração com o regime liberal não implicava, portanto, a aceitação da interferência indiscriminada do Estado sobre a Igreja. A questão política era diferenciada da questão religiosa. No que a esta dizia respeito, seriam as situações concretas a ditar as posições destes eclesiásticos. Como em todo o tecido católico português, as elaborações teóricas ou as ideologias não constituiriam uma preocupação primordial. Diante dos conflitos, clarificavam-se as posturas e os rumos de actuação.

Em Coimbra, Bastos Pina manifestar-se-á um intransigente defensor dos direitos da Igreja e da sua autonomia organizacional, em termos disciplinares e, sobretudo, doutrinários. Mas, os confrontos ou as polémicas que estabeleceu com o poder liberal não implicavam, de forma alguma, a recusa desse mesmo poder. Esta distinção entre a questão política e a questão religiosa, inaceitável para os legitimistas, viria a ter uma determinante cobertura pontifícia, já com Leão XIII, por intermédio do princípio de *ralliement*.

Também por isso se poderá perceber o entusiasmo de Bastos Pina por Leão XIII e a sintonia com o núncio Vincenzo Vannutelli, depois das conturbadas relações nos períodos de Oreglia di Santo Stefano e mesmo de Gaetano Aloisi Masella ¹⁵.

De facto, tendo sido eleito bispo de Coimbra ainda durante o pontificado de Pio IX, viria a ser um manifesto adepto da política de *ralliement* proposta por Leão XIII. Mais que debater a configuração dos regimes políticos, os católicos deveriam reivindicar os direitos da Igreja perante os governos estabelecidos. A autonomia da Igreja não dependeria tanto do regime quanto da legislação que este aprovasse. E era neste último plano que os esforços dos católicos deveriam ser concentrados. Aí, o paradigma da unidade era possível de concretização, mesmo que existissem divergências de fundo quanto ao tipo de regime, fosse absolutista ou liberal, monárquico ou republicano. Assim teorizada, esta já era, de certa forma, a prática de Bastos Pina ¹⁶.

Preparada com a *Immortale Dei* (1885) ¹⁷, a política de *ralliement* foi expressa em carta aos católicos franceses (*Au milieu des sollicitudes*, 16.2.1892) ¹⁸. Anteriormente, havia sido, de certo modo, endereçado aos

Manuel Correia de Bastos Pina. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1995, p. 61-71.

¹³ Sobre todo o processo, cf. A. Jesus Ramos – *O Bispo de Coimbra*, p. 80-107.

¹⁴ Em plena I República, seria substituído volvido mais de um ano por D. Manuel Luís Coelho da Silva. No intervalo, a diocese seria governada pelo cón. José Duarte Dias de Andrade, eleito pelo cabido para o efeito.

¹⁵ Sobre Oreglia, já nos referimos a propósito da nomeação de Bastos Pina como bispo de Coimbra. Quanto a Masella, que permaneceu em Lisboa entre 1879 e 1883, cf.: Vítor Neto – *O Estado. A Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998, p. 106-107 (sobre a sua acção genericamente considerada) e A. Jesus Ramos – *O Bispo de Coimbra*, p. 241-251 (sobre a polémica com Bastos Pina). Como a presença de Vannutelli em Lisboa cobre, praticamente, todo o período das *Instituições Christãs*, referir-nos-emos adiante.

¹⁶ Note-se a sua presença tanto nas exéquias de D. Miguel (1866) como no Te Deum dos 40 anos da entrada do exército constitucional em Coimbra (1874), organizadas, respectivamente, por legitimistas e liberais na Sé de Coimbra (cf. Marques Gomes – *D. Manoel Corrêa de Bastos Pina. Bispo de Coimbra, Conde d'Arganil. Esboço Biographico*. Aveiro: Minerva Central, 1897, p. 22-23). Relativamente aos balanços do pontificado de Leão XIII efectuados nas *Instituições Christãs*, cf., por exemplo: Frias Ribeiro – *Chronica religiosa*. O pontificado de Leão XIII. VI ano, 1.ª série, n.º 5 (5.3.1888) 145-152 e Idem – *Chronica religiosa*. Ainda o pontificado de Leão XIII. VI ano, 1.ª série, n.º 6 (20.3.1888) 180-185.

¹⁷ Cf. *Instituições Christãs*. IV ano, 1.ª série, n.º 1 (5.1.1886) 3-10; IV ano, 1.ª série, n.º 2 (20.1.1886) 33-44. Comentário em *Idem*. III ano, 2.ª série, n.º 11

bispos portugueses (*Per grata nobis*, 14.9.1886)¹⁹. No entanto, as suas bases doutrinárias já haviam sido lançadas e muito bem recebidas em Coimbra.

Logo no início das *Instituições Christãs*, era publicada uma encíclica de Leão XIII aos bispos de Espanha (com data de 8.12.1882). Neste documento, era feito um forte apelo à união dos católicos em torno do episcopado. A política não podia ser isolada da religião, pelo que não era vedada aos católicos. No entanto, os conflitos partidários entre os católicos eram, esses sim, condenados²⁰.

O director da revista, António José da Silva, manifestava o seu inequívoco agrado pelo teor do documento. Indirectamente, esclarecia a actuação do bispo de Coimbra e definia o posicionamento da publicação. Chamando à colação outras intervenções, não deixava de criticar os legitimistas:

«“A Igreja, disse o veneravel Bispo de Gap, hoje Bispo d’Amiens, não adopta de preferencia forma alguma de governo; soube sempre, e sabe, accommodar-se a todos os regimens, e pretender enfeudal-a a um regimen em particular, a um partido politico qualquer, é compromettel-a” [...]. É o que excellentemente exprime o já citado jornal belga (*Bien publique*, de Gand): “Pode-se ser catholico e legitimista. Pode-se ser catholico e orleanista. Pode-se ser catholico e bonapartista. Pode-se ser catholico e republicano.” [...] “Nunca a Igreja ordenou a seus fieis o desprezo das leis do seu paiz, nem a insurreição contra os governos estabelecidos.” [...] Não descereamos por tanto á arena dos partidos. A Religião não se separa da politica, mas não tem partido politico.»²¹

Nas notas ao discurso de encerramento da sessão de inauguração oficial da Academia de S. Tomás de Aquino, em 1883, Bastos Pina reiterava estas perspectivas. De forma inequívoca, declarava: «o respeito que temos hoje pela Monarchia constitucional, tel-o-iamos ámanhã do mesmo modo pela Monarchia absoluta, e no dia seguinte por outra forma qualquer de governo, que o Paiz escolhesse e adoptasse»²².

Mais tarde, em 1894, explanaria oficialmente a política de *ralliement*

(5.12.1885) 321-328. Cf., também: Adhesão do episcopado portuguez á encyclica Immortale Dei (carta a Leão XIII em 7.2.1886). *Idem*. IV ano, 2.^a série, n.º 3 (5.8.1886) 65-66.

¹⁸ Cf. *Instituições Christãs*. X ano, 1.^a série, n.º 5 (5.3.1892) 130-140. Cf., também, o comentário: As encyclicas de Leão XIII aos cardeais e bispos francezes e o resurgimento catholico em Portugal. *Instituições Christãs*. X ano, 2.^a série, n.º 2 (20.7.1892) 37-39.

¹⁹ Cf. *Instituições Christãs*. IV ano, 2.^a série, n.º 8 (20.10.1886) 225-231.

na Câmara dos Pares. Afirmava as vantagens da colaboração ou da «harmonia» entre a Igreja e o Estado, mas «sem prejuízo dos direitos privativos e de cada um». Esclarecia que tinha sido um erro que grande parte do clero se tivesse colocado, em 1834, ao lado do «partido vencido»: por um lado, abriram-se divergências internas entre os católicos, e, por outro, o «partido vencedor» passou a olhar com receio para a Igreja, o que só prejudicou a sua acção. Mas, na década de 90, o absolutismo já não constituía um problema, mas sim o «antagonismo [...] entre as diferentes classes», que poderia romper os «laços sociais» e destruir «as verdades e as doutrinas sobre que assenta a paz e o governo das nações».

Este discurso de Bastos Pina, marcado pelos avanços do laicismo de pendor republicano ou socialista e pela discussão em torno da formação de um partido católico e do seu perfil, explicita o seu entendimento quanto ao papel dos católicos na política em Portugal. União entre os católicos e cooperação entre o Estado e a Igreja, no respeito pelo sistema concordatário, na prossecução «dos fins a que ambos se propõem, fim religioso e fim social que não podem separar-se um do outro». Naquele momento, começavam a cumprir-se as suas «aspirações: o auxilio dos governos ao ministério e a acção religiosa justa e legítima dos bispos, e o auxilio e cooperação d'estes ao desempenho da acção temporal e civil dos governos, quaesquer que sejam os partidos a que pertençam»²³.

Parece-nos, portanto, que é necessário compreender D. Manuel Correia de Bastos Pina como um incontestável adepto do princípio de *ralliement*, mesmo antes de Leão XIII o ter definido em termos doutrinários. A sua acção não pode, por isso mesmo, ser compreendida apenas e só de acordo com a interpretação produzida pelos legitimistas de então: como um simples liberal e regalista.

Provavelmente, o mesmo se poderá afirmar a propósito do seu antecessor em Coimbra, D. José Manuel de Lemos. O caso emblemático, até pelas suas repercussões públicas, seria o da nomeação do escrivão da Câmara Eclesiástica de Coimbra, que se arrastou entre 1863 e 1865, tendo envolvido ambos (Bastos Pina era vigário geral da diocese)²⁴. Já antes, o governo não confirmara a nomeação de um novo reitor do Seminário, o que

²⁰ Cf. I ano, 1.^a série, n.º 2 (20.1.1883) 33-38 (versão original). Tradução em português em I ano, 1.^a série, n.º 4 (19.2.1883) 97-100 e I ano, 1.^a série, n.º 5 (5.3.1883) 121-124.

²¹ A encyclica. I ano, 1.^a série, n.º 2 (20.1.1883) 52-54. A pastoral do bispo de Gap possui data de 15.10.1876 e a última citação é retirada de *La Défense* (1876).

terá originado a reserva do título para os bispos da diocese ²⁵. Note-se que estas polémicas surgiam depois do Decreto de 2 de Janeiro de 1862, que limitava a influência dos bispos nas nomeações dos eclesiásticos, e da primeira posição colectiva do episcopado contra uma decisão governamental ²⁶.

Uma análise cuidada sobre o exercício das funções de vigário capitular de Viseu, por parte de Bastos Pina, e o complexo processo da sua nomeação como bispo de Coimbra, onde sobreveio a questão das religiosas de clausura, confirma a nossa perspectiva ²⁷. Aliás, em carta a Vannutelli, de 12.12.1885, motivada por uma questão decorrente do extinto Convento de Sá, em Aveiro, defender-se-ia das muitas acusações de que era alvo por parte da imprensa legitimista. Num longo escrito, que era acompanhado de vários documentos, percorre várias das polémicas que vinha estabelecendo com aquele sector. Aí, afirmava com clareza: «não sou subserviente ao Governo nem a ninguém. Advogo como sei e como posso perante Elle e perante todos o bem da Egreja e da minha Diocese» ²⁸.

2.3. O tomismo no confronto com a modernidade

Não foi apenas quanto ao princípio de *ralliement* de Leão XIII que Bastos Pina manifestou entusiasmo e se revelou um indefectível adepto em Portugal. Também estaria na primeira linha da adesão à proposta de recuperação da filosofia tomista, para consubstanciar o combate ao racionalismo, ao positivismo e ao cientismo. Não podemos afirmar que Bastos Pina fosse reticente quanto à estratégia doutrinal de Pio IX, patenteada na encíclica *Quanta Cura* (1864) e com o Vaticano I (1869-1870). A publicação das respectivas doutrinas ocorre ainda no pontificado de D. José Manuel de Lemos. Não encontramos relevantes alusões de Bastos Pina às mesmas sem que decorressem da renovação tomista empreendida por Leão XIII ²⁹.

²² Academia de Sancto Thomaz d'Aquino. Sessão solene em 20 de Maio de 1883. Discurso d'encerramento pronunciado pelo ex.^{mo} sr. bispo conde. *Instituições Christãs*. I ano, 1.^a série, n.º 12 (20.6.1883) 313. Relativamente à polémica suscitada pelos discursos que Bastos Pina efectuou nesta ocasião, em particular a acusação, produzida no jornal *A Ordem*, de ter falado em sentido liberal, cf. *Ibidem* 318-323 e 326-332.

²³ *Diário das Sessões dos Dignos Pares do Reino*. 20 (27.11.1894) 237-239.

²⁴ Cf.: Vítor Neto – *O Estado, a Igreja e a Sociedade*, p. 102-104; A. Jesus Ramos – *O Bispo de Coimbra*, p. 48-53.

²⁵ Cf.: *Instituições Christãs*. VII ano, 1.^a série, n.º 2 (20.1.1889) 48-52; A.

Principalmente com a constituição *Pastor Aeternus* (1870), do Vaticano I, que definia a infalibilidade pontifícia, Pio IX dava continuidade ao trajecto anteriormente iniciado, com a encíclica *Quanta Cura* e com o *Syllabus* (1864), em ordem à centralização do poder da Igreja. Era rejeitado o racionalismo, o galicanismo, o liberalismo e o socialismo e eram condenados princípios como a liberdade de consciência e dos cultos, a soberania do povo, o direito da poder temporal interferir nos assuntos religiosos, a supressão do poder temporal do papa, o progresso e a civilização moderna. Com o Vaticano I, era consagrado o primado do papa e dogmaticamente afirmada a infalibilidade pontifícia.

O governo português apenas permitiu a publicação da parte da encíclica *Quanta Cura* que se referia ao jubileu³⁰. Os protestos do episcopado foram muito tímidos. Quanto à constituição conciliar *Pastor Aeternus*, a adesão do episcopado português foi discreta. Apenas na diocese de Portalegre foi publicamente aceite. A sua divulgação em Portugal ocorreria, por isso mesmo, na imprensa católica. Mas, já durante a discussão conciliar, os bispos portugueses tinham estado algo distantes e com posições relativamente ambíguas. Aliás, a participação portuguesa foi mesmo muito reduzida (4 bispos)³¹.

Um dos bispos ausentes foi D. José Manuel de Lemos. Por motivos de saúde, não se encontrava sequer no exercício de funções na diocese de Coimbra, tendo mesmo falecido ainda durante o Concílio. Quando foi definida a infalibilidade pontifícia, em Julho de 1870, estavam precisamente em curso as polémicas nomeação e confirmação de Bastos Pina como bispo de Coimbra.

Relativamente à recepção da proposta de Leão XIII quanto à recuperação da filosofia escolástica, em geral, e da obra de S. Tomás de Aquino, em particular, a atitude de Bastos Pina será a de um evidente entusiasta. A 4 de Agosto de 1879, o papa publica a encíclica *Aeterni Patris*, na qual

Jesus Ramos – *O Bispo de Coimbra*, p. 48.

²⁶ Cf. Vítor Neto – *O Estado, a Igreja e a Sociedade*, p. 98-102.

²⁷ Cf. A. Jesus Ramos – *O Bispo de Coimbra*, p. 61-71 e 80-105.

²⁸ *A Extinção do Convento de Sá em Aveiro e os Jornaes Portuguezes Religioso-Políticos. Carta ao Excelentissimo e Reverendissimo Senhor Nuncio Apostolico Vicente Canutelli, Arcebispo de Sardia pelo Bispo de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1886, p. 31.

²⁹ Na *Revista das Sciencias Ecclesiasticas*, seria publicada uma pequena nota sobre o andamento do Concílio e a questão dos estados pontifícios (cf. *Chronica*. Tomo 1.º, n.º 1 [1870] 46-48).

exortava os bispos católicos «a pôr novamente em vigor e a propagar, quanto possível, a preciosa doutrina de S. Thomaz, isto para defeza e ornamento da fé catholica, para bem da sociedade, para adiantamento de todas as sciencias»³². Esta tripla finalidade seria esclarecida pelo próprio Leão XIII, que também sugeria alguns meios a empregar.

Para o papa, estava em causa a «sabedoria» de S. Tomás de Aquino para salvaguardar que não fosse proposta «alguma cousa [dos escolásticos] que não [estivesse] em harmonia com as doutrinas aprovadas nas idades posteriores». A transmissão da sua doutrina, por parte dos «mestres» seleccionados pelos bispos, deveria permitir concluir «quanto [...] excede todas as outras em solidez e excellencia». Supunha que já tivessem sido criadas academias especializadas em S. Tomás e exortava à instituição de outras que «expliquem, defendam e empreguem esta doutrina na refutação dos erros dominantes». Era necessário recorrer às «próprias fontes» de S. Tomás, «em conformidade com o testemunho seguro e unanime dos doutores», e não aos desvios efectuados a partir da origem³³.

Na encíclica, o problema abordado era a difícil relação entre as ciências e a fé ou entre as ciências humanas e a teologia. Esta questão era indissociável da forma de fazer filosofia, disciplina central naquela relação. Na modernidade, as escolas e os métodos filosóficos vinham procedendo à crítica dos princípios da teologia católica. As ciências colocavam em causa a religião e também a ordem social e política que esta sustentava. A pluralidade metodológica introduzia elementos de perturbação sobre a unidade e a segurança próprias do catolicismo:

«Tem-se introduzido, aqui e alli, uma especie de novo methodo de philosophia, o qual não tem produzido os fructos appetecidos e salutaes que a Igreja e a sociedade civil desejavam. Sob o impulso dos inovadores do seculo dezeseis, começou-se a philosophar sem nenhum respeito á fé, com plena licença de deixar ir o pensamento, de uma parte a outra, segundo o capricho e o genio, D'aqui resultou, naturalmente, multiplicarem-se em demasia os systemas de philosophia e apparecerem opi-

³⁰ Cf. Francisco Soares Gomes – A oposição do governo português ao “Syllabus”. Documentos da Nunciatura em Lisboa conservados no Arquivo Vaticano. *Brotéria*. 7 (1969) 103-121; António Manuel Martins – Recepção em Portugal das encíclicas sobre o liberalismo: *Mirare Vos, Quanta Cura e Immortale Dei*. *Lusitania Sacra*. 1 (1989) 41-80.

³¹ Cf.: David Sampaio Barbosa – O Concílio Vaticano I e o governo português (1869-1870). *Lusitania Sacra*. I (1989) 11-40; Manuel da Rocha Felício – *Portugal e a Definição Dogmática da Infalibilidade Pontifícia*. *Teologia, Magistério, Debate*

niões diversas, contraditórias até, sobre os mais importantes objectos dos conhecimentos humanos. Da multiplicidade de opiniões chega-se facilmente ás hesitações e á duvida: da duvida ao erro todos vêm que é curta a distancia, e facil o caminho.»³⁴

Como era recordado por Leão XIII, este não era um problema novo, dado que «desde os primeiros dias da Igreja, a doutrina catholica teve inimigos implacáveis que, escarnecendo os dogmas e instituições christãs, sustentavam a pluralidade de deuses, que o mundo não teve principio nem causa»³⁵. Era recordada a obra dos apologistas, de Santo Agostinho e, principalmente, dos escolásticos, cujos princípios e processos constituíram um notável sistema filosófico, dadas a linearidade metodológica e a vastidão dos temas abordados.

Entre os escolásticos, emergia, naturalmente, «o principe e mestre de todos elles, Thomaz d’Aquino», que reuniu a obra dos seus antecessores «como se fossem membros dispersos d’um mesmo corpo; reuniu-as classificou-as por ordem admiravel e [...] as enriqueceu»³⁶. A obra de S. Tomás, pelas questões que abordava e pela metodologia que empregava, era, de acordo com esta encíclica, um importante instrumento para o debate com as modernas filosofias e ciências, principalmente quando estas afrontavam a religião, a fé ou a teologia. Por isso mesmo, era necessário estudá-la aprofundadamente, como se fizera, por exemplo, em Paris, Salamanca, Lovaina, Pádua, Bolonha, Nápoles ou Coimbra. Sobre novas questões entretanto colocadas, importava extrair conclusões da obra de S. Tomás.

Convém notar que as iniciativas referentes à restauração do tomismo não eram propriamente uma novidade para Leão XIII. Em 1859, ainda como arcebispo de Perugia, inaugurou a Academia Scientifica de S. Thomaz d’Aquino, destinada, precisamente, a promover o estudo da escolástica³⁷. Desde o início do seu pontificado que vinha assinalando as vantagens da recuperação da obra de S. Tomás no debate filosófico e científico. No universo

Público. Viseu: Instituto Superior de Teologia de Viseu, 2000.

³² Seguimos a tradução publicada na revista que era redigida por aquele que viria o primeiro professor de Filosofia Escolástica no Seminário de Coimbra, Luiz Maria da Silva Ramos: *A Civilização Catholica*. Vol. I, n.º 11 (1879) 335. O periódico de Guimarães, *O Progresso Catholico. Revista Religiosa, Scientifica, Litteraria, Artistica e Noticiosa*, iniciara a tradução da encíclica no 1.º ano, n.º 21 (31.8.1879) 198-199 (continua em: n.º 22 [15.9.1879] 210-212; n.º 23 [30.9.1879] 222-225) e, logo de imediato, o conde de

católico, a recepção de tal perspectiva estava a ser favorável, tal como era noticiado em Portugal ³⁸.

Aliás, no que a Portugal dizia respeito, a intenção de Leão XIII ia ao encontro de aspirações patenteadas pelos teólogos da Universidade de Coimbra ³⁹. Na revista *A Civilização Catholica*, havia sido notado que estava para sair um documento pontifício sobre o assunto. Eram feitos votos para que, à semelhança de iniciativas na vizinha Espanha, os teólogos portugueses retomassem os estudos tomistas, o que requeria a criação de determinadas dinâmicas institucionais ⁴⁰.

Dirigida por Luís Maria da Silva Ramos (1841-1921), *A Civilização Catholica* seria, ainda em 1879, um importante veículo para a difusão de estudos sobre o tema ⁴¹. Uma vez terminada a sua publicação, em 1883,

Samodães faria um elogioso comentário (1.º ano, n.º 24 [15.10.1879] 233-234 e 2.º ano, n.º 1 [30.10.1879] 1-2).

³³ *A Civilização Catholica*. Vol. I, n.º 11 (1879) 335.

³⁴ *Ibidem* 333.

³⁵ *Ibidem* 329.

³⁶ *Ibidem* 331.

³⁷ Cf. a nota biográfica traduzida da *Civiltà Cattolica* por Antonio Bernardino de Menezes após a eleição do cardeal Pecci: Apontamentos biographicos do summo pontifice Leão XIII. *Revista de Theologia. Jornal Religioso, Cientifico, Moral e Litterario*. I ano, n.º 10 (1878) 472-476 e n.º 11 (1878) 477-485.

³⁸ Cf. as notas publicadas no vol. I de *A Civilização Catholica*: n.º 2 (1878) 64; n.º 4 (1879) 131-132; n.º 5 (1879) 161-162. Sobre as repercussões da encíclica em Portugal, incluindo, naturalmente, a criação da cadeira no Seminário, da Academia e das *Instituições Christãs*, cf. J. M. da Cruz Pontes – No centenário da encíclica Aeterni Patris de Leão XIII. Primórdios do renascimento tomista em Portugal. *Brotéria. Cultura e Informação*. 6 (1980) 523-534. Sobre o neo-tomismo em Portugal, cf. Antonio Alberto de Andrade – A sorte de São Tomás de Aquino na filosofia portuguesa. *Filosofia. Revista do Centro de Estudos Escolásticos*. 9 (1956) 39-64; Brito Cardoso – *A Filosofia Neo-Escolástica no Seminário de Coimbra*. Separata de *Estudos*. Coimbra, 1968; Manuel Augusto Rodrigues – O ensino de S. Tomás na Universidade de Coimbra *Didaskalia*. 2 (1974) 297-320; M. A. Ferreira Deusdado – *A Filosofia Tomista em Portugal*. Porto: Lello & Irmão, Editores, 1978, p. 74-90; J. Pinharanda Gomes, O tomismo entre 1879 e 1974 (subsídio). In Idem – *Ibidem* 91-184; J. Pinharanda Gomes – Prefácio. In Prudêncio Quintino Garcia – *A Teologia Tomista em Portugal*. Porto: Lello & Irmão, Editores, 1979, 12-16; Idem – *A Renovação Escolástica (1879-1967)*. Separata de *Itinerarium*. Braga, 1993.

³⁹ Cf., por exemplo: Restauração da philosophia escolastica. *Revista de Sciencias Ecclesiasticas*. 1.º tomo, n.º 2 (1870) 49-52 e n.º 3 (1870) 97-102 (sobre a obra de Kleutgen, *La Philosophie Scolastique Exposée et Défendue*); A philosophia escolastica. *Revista de Sciencias Ecclesiasticas*. 3.º tomo, n.º 11 (1872) 481-500 (sobre a obra de Bossu, *Galerie de Metaphysiciens Contemporaine*). Sobre o problema

o mesmo professor da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra seria o responsável de *A Scientia Catholica. Revista Mensal de Propaganda Escholastico-Thomista Dedicada ao Santissimo Padre Leão XIII*. Para além do título, o programa deste periódico permite supor que se trate de uma actualização de *A Civilização Catholica*, de acordo com a proposta de Leão XIII ⁴².

Para além deste clima de aceitação entre as elites do catolicismo português, Bastos Pina, logo a 28 de Agosto de 1879, informa o governador civil de Coimbra sobre a criação, em Outubro, da cadeira de Filosofia Tomista (ou Filosofia Escolástica de S. Tomás de Aquino ou ainda Filosofia Cristã segundo o espírito e o método de S. Tomás) no 1.º ano do Curso Teológico do Seminário de Coimbra. Assim, seguia as indicações de Leão XIII, relativamente ao qual declarava que «cada vez mais respeitamos [...] e a cuja voz tão auctorizada para nós de tão alto valor folgamos de prestar sempre a maior obediencia e acatamento» ⁴³.

Esta iniciativa não será de todo indissociável das várias reformas que Bastos Pina empreendeu no Seminário, tanto no plano das infra-estruturas, como nos da disciplina interna ou da organização dos estudos ⁴⁴. O primeiro professor de Filosofia Escolástica será, precisamente, Luís Maria da Silva Ramos ⁴⁵, que também irá sugerir a criação da Academia de S. Tomás de Aquino.

da relação entre a filosofia a teologia e entre a religião e as ciências, cf.: Manuel Eduardo da Mota Veiga – *A theologia catholica e o seculo actual. Revista de Theologia. Jornal Religioso, Scientifico, Moral e Litterario*. I ano, n.º 1 (1877) 5-25; Luiz Maria da Silva Ramos – *Dignidade da razão perante a fé. Revista das Sciencias Ecclesiasticas*. 4.º tomo, n.º 4 (1874) 145-169 (continua em n.º 6 [1874] 243-261; n.º 9 [1874] 385-401; n.º 11 [1874] 494-506) e *Um bacharel em Theologia – A Igreja e as sciencias. A Civilização Catholica*. Vol. I, n.º 1, (1878) 17-22.

⁴⁰ Cf. no vol. I: n.º 7 (1879) 226-228 e n.º 8 (1879) 259.

⁴¹ Cf. apenas no vol. I: Os autographos de S. Thomaz. 10 (1879) 293-297 (retirado de *Etudes Religieuses, Philosophiques, Historiques et Littéraires*) e J. M. Orti y Lara – *Sobre um texto de S. Thomaz d’Aquino*. 12 (1879) 361-368. No vol. II, são variados os estudos publicados. Quanto a Luís Maria da Silva Ramos: nasceu a 30.6.1841, em Braga, e morreu a 2.2.1921, em Coimbra. Catedrático da Faculdade de Teologia (de que chegou a ser director) na Universidade de Coimbra desde 1874, tendo-se doutorado em 1866. Dirigiu os seguintes periódicos: *A Estrella d’Alva* (Braga, 1871-1975), *A Civilização Catholica* (Porto, 1878-1883) e *A Scientia Catholica* (Coimbra, 1884-1889). Redactor do jornal legitimista de Coimbra *A Ordem* e da, também de Coimbra, *Revista Contemporanea* (iniciada em 1894) (cf. Mendes dos Remédios – Dr. Luis Maria da Silva Ramos. *Revista da Universidade de Coimbra*. VIII (1922) 619-622; *Grande*

3. A Academia de S. Tomás de Aquino e a difusão do tomismo

Entre 1880 e 1893, realizaram-se 11 sessões anuais da Academia de S. Tomás de Aquino, compostas por duas partes: uma religiosa e outra de cariz literário. Nesta última, professores e alunos do Seminário ou da Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra proferiam discursos sobre temas tomistas, intercalados com a declamação de poemas e com a interpretação de peças de música clássica. A assistir, encontravam-se as elites sociais e eclesiásticas de Coimbra, bem como representantes das demais dioceses e seminários do país. Em 1884, estaria presente o próprio nuncio em Lisboa, Vincenzo Vannutelli, que produziria um discurso. Em 1885 e 1887, a sessão solene contaria com J. B. Guidi, secretário da Nunciatura, que teria uma intervenção directa.

O objectivo das sessões da Academia era extremamente claro: a divulgação do tomismo significava demonstrar a sua pertinência no debate cultural, desmontando as críticas que lhe eram dirigidas e explorando as suas potencialidades perante as questões mais prementes da época. Perante um vasto e culto público, era possível difundir investigações especializadas. Por intermédio de uma publicação regular, na qual eram registadas as comunicações efectuadas, visava-se proceder à formação das elites eclesiásticas. Como referiu o seu director, a Academia constituía um importante complemento da cadeira criada no Seminário:

«Aqui as monographias sobre pontos especiaes de doutrina; – aqui os desenvolvimentos que a eschola nem sempre póde comportar; – aqui os aspectos novos e variados, que podem resultar das syntheses reflectidamente combinadas, e onde o espirito, desassombrado, pode contemplar os espectaculos deslumbrantes, que os nossos olhos alcançam das grandes elevações de terreno.»⁴⁶

Estas sessões solenes pouco duraram para além do fim das *Instituições Christãs*. De facto, a 11 de Junho de 1893, teve lugar a última sessão de

Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Vol. 28. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, sd, p. 886).

⁴² Cf. Luiz Maria da Silva Ramos. *A Sciencia Catholica*. Vol. I (1884) 5-12.

⁴³ *Officio do Bispo de Coimbra ao Excellentissimo Governador Civil do Districto sobre o Seminario Diocesano*. Coimbra. Imprensa da Universidade, 1879, p. 31. Relativamente a notícias sobre a criação da cadeira, cf. a secção «Vária» do vol. II (1880) de *A Civilização Catholica*: n.º 1, 25; n.º 2, 62; n.º 4, 126-127.

⁴⁴ Cf. A. Jesus Ramos – *O Bispo de Coimbra*, p. 185-287.

⁴⁵ Entre Outubro de 1879 e o final do ano lectivo de 1882/1883 (abandonou a

que encontramos referência. Dez anos antes (1883), tinha tido lugar a inauguração solene da Academia, depois de duas sessões prévias (1880 e 1882). Entretanto e considerados como condicionantes para a institucionalização da Academia, tinha sido edificado um salão apropriado e começara-se a publicar um órgão oficial. Em 1886 e 1891, a agenda de D. Manuel Correia de Bastos Pina não permitiu a realização do evento anual (o que já ocorrera em 1881, antes da inauguração oficial)⁴⁷. A partir de 1887, passaram a ter lugar conferências regulares, para além da sessão solene. Em 1889, foram divulgados os estatutos provisórios.

Como referimos, a Academia é indissociável da criação da cadeira de Filosofia Tomista no Seminário de Coimbra. A estabilidade na sua regência seria assegurada por intermédio de Tiago Sinibaldi⁴⁸, figura incontornável na recuperação do tomismo em Portugal nos finais do século XIX, após a ruptura entre o bispo de Coimbra e os professores da Faculdade de Teologia. A função desempenhada pela Academia de S. Tomás de Aquino no movimento de restauração do tomismo em Portugal seria profundamente transformada por acção de Sinibaldi. Até à sua chegada, pretende-se, acima de tudo, difundir a pertinência do tomismo nos debates contemporâneos. Depois, abria-se uma nova etapa na vida da instituição.

Antes de mais, importará analisar como foi projectada a Academia e se processou a sua primeira fase, que culminou na vinda de Sinibaldi para Coimbra.

docência perante o conflito com *A Ordem*, de que era redactor). Suceder-lhe-iam: Augusto Eduardo Nunes (de Outubro de 1883 até ser nomeado arcebispo coadjutor de Évora), Manuel de Azevedo de Araújo e Gama (até Janeiro de 1886, quando deixa o ensino no Seminário devido ao conflito entre a Faculdade de Teologia e o bispo de Coimbra), João Bernardo Heitor de Ataíde (de Janeiro a Julho de 1886) e, finalmente, Tiago Sinibaldi (entre Outubro de 1886 e Julho de 1900). Em 1900, a docência seria assegurada por João Evangelista de Lima Vidal (futuro bispo de Mitilene, de Vila Real e de Aveiro). Em 1909, passou a ser da responsabilidade de Esteves de Azevedo. Com a República, a cadeira desapareceria do *curriculum* (cf. A. Jesus Ramos – *O Bispo de Coimbra*, p. 286).

⁴⁶ Academia Conimbricense de S. Thomaz d' Aquino. Relatório pelo conego vice-reitor do Seminário, director da mesma academia em sessão solenne de 2 de Junho de 1889. *Instituições Christãs*. VII ano, 2.^a série, n.º 1 (5.7.1889) 7-20.

⁴⁷ Como iremos referir, Bastos Pina foi, em 1886, a Roma. Quanto a 1891, concorreram os seguintes motivos na sua agenda: visita pastoral a Tábua (iniciada a 16.5.1891), demora em Lisboa por ocasião da saída de Vincenzo Vannutelli do país e doença da sua mãe (cf. *Instituições Christãs*. IX ano, 1.^a série, n.º 11 [5.6.1891] 368).

3.1. O lançamento (1880-1882)

Luís Maria da Silva Ramos apresenta a primeira sessão da Academia como uma proposta elaborada na cadeira de Filosofia Tomista e que teve em Bastos Pina um declarado apoiante ⁴⁹. Os modelos mais directos eram contemporâneos e reflectiam a dinâmica que se estava a gerar em torno da recuperação do tomismo. Em Março de 1880, Leão XIII, em Roma, patrocinava sessões religiosas e literárias em honra de S. Tomás. Ao mesmo tempo, os congregados de Maria Imaculada e alunos da Faculdade de Teologia promoveriam, em Coimbra, uma festa com o mesmo intuito. Neste caso, seria adiada a sessão literária ⁵⁰. Realizadas em torno da festa de S. Tomás, a 7 de Março, estes eventos possuíam um notório intuito cultural. Pretendia-se difundir as doutrinas tomistas, contrapondo-as à filosofia e à ciência modernas, promovendo eventos de alargada visibilidade. Em Coimbra, seria no Seminário que tal objectivo seria alcançado de forma mais completa, menos de um ano volvido sobre a publicação da *Aeterni Patris*.

Às 11.00 de 2 de Maio de 1880, teria início no Seminário de Coimbra a festa religiosa da primeira sessão da Academia, que se prolongaria pela tarde. Interviriam dois alunos da cadeira regida por Silva Ramos: o externo João Pais Pinto e o interno Joaquim dos Santos Abranches. O primeiro demonstrou a harmonia entre a ciência e a fé, enquanto o segundo elogiou a encíclica de Leão XIII que subjazia ao evento.

Às 20.30, Bastos Pina dava entrada na biblioteca do Seminário para a sessão literária. Estavam presentes professores da Universidade, incluindo o vice-reitor, o juiz de Direito, o presidente da Câmara, o comissário de Polícia, o delegado do Tesouro, os alunos do curso de Teologia, jornalistas. Vale a pena notar na forma como é descrita a decoração da sala:

«Ao fundo, sob um docel de velludo encarnado e franjad d'ouro, elevava-se a cadeira de s. exc. revd.^{ma} o snr. bispo-conde. Do lado direito pendia o retrato de Leão XIII e do esquerdo o de Santo Thomaz. Sobre duas columnas symmetricamente dispostas ao lado da cadeira episcopal, estavam collocadas a *Summa theologica* e a *Summa contra gentiles*, as duas monumentaes obras do angelico doutor» ⁵¹.

⁴⁸ Giacomo Sinibaldi nasceu em Civitella, a 11 de Outubro de 1856, e faleceu em Roma, a 19 de Agosto de 1928. Estudou no Seminário de Orte, na Abadia de S. Paulo extra muros e, finalmente, na Academia Romana de S. Tomás de Aquino, em Roma. Chegou a Portugal em 1886 e, ainda nesse ano, obteve a naturalização portuguesa. Em 1890, seria nomeado arcediogo de Penela e, em 1896, seria director espiritual do Seminário de Coimbra. Regressaria a Roma em 1900, para assegurar o cargo de reitor do Colégio Português (até 1913), que havia sido fundado no ano anterior. Em 1909, o

O esquema então implementado seria o mesmo que viria a ser adotado após a inauguração oficial da Academia: discursos de abertura e de encerramento por Bastos Pina; discursos de professores (Silva Ramos), doutorandos (Augusto Eduardo Nunes e Manuel de Azevedo Araújo e Gama) e um aluno (Domingos de Mariz) da Faculdade de Teologia; poesias em português, latim, espanhol e italiano; interpretações musicais (no caso, os hinos de Leão XIII, de S. Tomás e do bispo de Coimbra). A maioria dos intervenientes viria a ocupar cargos de relevo no Seminário ou na Faculdade de Teologia, bem como na redacção das *Instituições Christãs*. Os temas dos discursos estariam, naturalmente, relacionados com a importância e o alcance da restauração do tomismo ⁵².

Dois anos volvidos, realizar-se-ia uma nova sessão. A 14 de Maio de 1882, antecedido de uma preparação, o evento seria, de novo, composto por uma vertente religiosa e outra literária. Os discursos de fundo, para além daqueles que foram proferidos pelo bispo de Coimbra, estariam a cargo de Silva Ramos, Augusto Eduardo Nunes, José Maria Rodrigues e Porfírio António da Silva (os dois últimos, que também viriam a ser professores da Faculdade de Teologia, eram, na ocasião, alunos do 1.º e 3.º anos). A assistência, mais de 200 pessoas «e da melhor sociedade de Coimbra», era assim descrita:

«Além de outras pessoas distintas pelo seu saber e posição social estavam presentes o snr. visconde de Villa Maior, reitor da universidade, muitos lentes, o snr. governador civil, o digno par do reino Miguel Osorio, D. Prior de Cedofeita, conego Alves Mendes, commissario de policia, administrador do concelho, representantes da imprensa periodica, conegos e parochos da cidade e grande numero de academicos de todas as faculdades universitarias.» ⁵³

Os discursos versariam temas como o elogio de S. Tomás enquanto doutor da Igreja (Augusto Eduardo Nunes), a teoria tomista da origem e formação das ideias (José Maria Rodrigues) e a importância da filosofia tomista para a relação entre a fé e a razão, a religião e a ciência (Porfírio

papa nomeá-lo-ia cónego da Basílica de S. Pedro. Seria eleito bispo de Tiberíades em 1913 e, entretanto, nomeado secretário da Congregação dos Seminários e Universidades (cf. A. Brito Cardoso – *O Doutor Tiago Sinibaldi no Seminário de Coimbra*. Separata do *Correio de Coimbra* de 18.2.1980. Coimbra, 1980; Idem – *Figuras da Igreja na Diocese de Coimbra*. 1.º: *Doutor Tiago Sinibaldi*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1886; Idem – *Datas Históricas da Vida do Seminário de Coimbra*, Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1999).

⁴⁹ Cf. Festa religiosa e litteraria em honra de Santo Thomaz d'Aquino no

António da Silva)⁵⁴. Em Coimbra, a formalização da Academia era perspectivada como iminente e relacionada com a edificação de um espaço especialmente dedicado para o efeito:

«Logo que esteja concluída a espaçosa sala expressamente destinada para estas festas litterarias de tanto alcance religioso, sicientifico e social, quer s. exc.^a rev.ma que se inaugure a ACADEMIA EPISCOPAL DE SANTO THOMAZ, á semelhança das que existem em Roma, Bolonha e Barcelona e que tanto hão contribuido para o renascimento da sciencia christã. É um pensamento grandioso. Coimbra deve ser, por todas as razões, o centro do movimento thomista em Portugal»⁵⁵.

Estas duas sessões prepararam a instituição de uma Academia permanente. Tinha sido possível reunir as elites sociais e culturais de Coimbra em torno da filosofia tomista. Alunos e professores do Seminário e da Faculdade de Teologia produziram discursos, declamaram poesias e interpretaram composições musicais sobre temas relacionados com a obra de S. Tomás. A Igreja católica intervinha no debate cultural do final do século XIX em Portugal, confrontando a filosofia e a ciência moderna, e demonstrando a ausência de conflitos com a religião. Para obter uma maior projecção, a experiência poderia assumir regularidade (anual), um espaço físico (sala no Seminário) e um órgão oficial (revista). A Academia pretendia gerar uma dinâmica específica, que não se circunscrevesse às sessões anuais, mas permitisse efectuar reuniões regulares e outros eventos públicos. Era importante proceder à investigação e à difusão do tomismo, mas não apenas uma vez por ano. Em 1883, seria possível reunir as condições necessárias.

3.2. A oficialização (1883-1886)

A 20 de Maio de 1883, tinha lugar a sessão de inauguração definitiva da Academia Conimbricense de Santo Thomaz d'Aquino (também designada como Academia de Santo Thomaz d'Aquino no Seminario Episcopal de Coimbra). Desde o princípio do ano que as *Instituições Christãs* eram regularmente publicadas. Aqui, seria possível difundir, na íntegra (e não apenas resumos ou extractos), as investigações efectuadas no âmbito da

Seminario Episcopal de Coimbra. *A Civilização Catholica*. Vol II, n.º 6 (1880) 161.

⁵⁰ Cf. Vária. *Idem*. Vol. II, n.º 5 (1880) 157-158; Luiz Maria da Silva Ramos – Solemnidade religiosa em Coimbra em honra de Santo Thomaz d'Aquino. *Idem*. Vol. II, n.º 4 (1880) 104-107.

⁵¹ Dr. Luiz Maria da Silva Ramos – Festa religiosa e litteraria em honra de Santo

nova instituição, bem como os discursos efectuados nas sessões públicas. Seria alargada a circulação dos conteúdos expressos em torno da Academia, tanto em termos de público como de impacto. Também estava disponível o espaço especialmente construído para o efeito.

Parece-nos particularmente importante o discurso de Bastos Pina na abertura da inauguração solene da Academia, pronunciado perante cerca de 500 pessoas. Nele, perpassam as suas perspectivas sobre a relação entre a Igreja e o Estado e algumas das linhas centrais da sua estratégia de governo da diocese, como sejam as que se referem à organização do Seminário e à restauração do tomismo.

Como habitualmente, saudou os poderes espiritual e temporal, ou seja, «o gloriosíssimo Pontífice» e o «bondosíssimo Monarca». Recordou, como pano de fundo da Academia, as reformas que vinha empreendendo no Seminário da diocese, nos planos «moraes, litterarios e disciplinares, como materiaes, hygienicos e economicos», e sempre com o objectivo de «servir cada vez melhor a Egreja e o Estado, a Religião e a Patria». Reivindicou a importância do Seminário se «sujeitar á unidade da fé, da disciplina e o ensino da Santa Egreja Catholica», dada a característica instabilidade dos regimes e sistemas políticos.

Notou que, em Portugal, apenas no Seminário de Coimbra tinham sido imediatamente adoptadas as indicações da *Aeterni Patris*. Tal factor, dever-se-ia, principalmente, à dedicação de Luís Maria da Silva Ramos e não a qualquer perspectiva menos favorável, noutras dioceses, quanto à importância da restauração do tomismo. Para Leão XIII, como Bastos Pina subscrevia, a filosofia de S. Tomás de Aquino permitia enfrentar «os males que nos affligem na ordem religiosa, social, civil e politica».

Para o bispo de Coimbra, a restauração do tomismo não visava impedir «o progresso e o estudo profundo de todas as sciencias, incluindo as physicas e as mathematicas», ainda que não consentisse que tais ciências argumentassem «contra a Biblia, [...] a Religião e o seu Auctor». Por isso mesmo, Bastos Pina garantia que a Igreja «quer a civilização, o progresso e todos os melhoramentos matereais [...], que se estudem todas as sciencias sociologicas e experimentaes [...], o estudo da verdadeira Philosophia [...], a verdadeira evolução racional». Como contraponto, assegurava que a Igreja não pretende «que se reduza tudo só á materia [...], que se vote ao desprezo o conhecimento do Soberano creador [...], o estado phisophico moderno, que ou vai para um falso idealismo [...] ou para um materialismo grosseiro»⁵⁶.

Thomaz d'Aquino no Seminario Episcopal de Coimbra. *Idem*. Vol. II, n.º 6 (1880) 162.

Se Bastos Pina era o responsável máximo pela Academia de S. Tomás de Aquino, a actividade da instituição dever-se-ia ao vice-reitor do Seminário, António José da Silva, que seria sempre o director das *Instituições Christãs*. Já Luís Maria da Silva Ramos referira que, nas sessões da Academia em 1880 e 1882, a intervenção do vice-reitor havia sido determinante⁵⁷. Desde 1883, a sua acção seria ainda mais evidente, tendo, por exemplo sido o autor dos estatutos de 1889, ao abrigo dos quais exerceria as funções de director da própria Academia.

Nesta sessão da definitiva inauguração da Academia, os discursos reportar-se-iam à origem do homem (Luís Maria da Silva Ramos), à aliança entre a religião e a arte e à influência que sobre esta exercia o cristianismo (António José da Silva), à importância do clero (Augusto Eduardo Nunes) e à influência do ideal cristão sobre o progresso (António Alves Mendes da Silva Ribeiro)⁵⁸.

Na sessão do ano seguinte, realizada no dia 25 de Maio, a principal novidade seria o facto da sessão ser presidida pelo núncio apostólico em Lisboa, Vincenzo Vannutelli, que interviria no final. A sua presença na sessão da Academia integrou-se numa mais vasta visita a Coimbra⁵⁹. Dessa forma, era bem patenteada a legitimação, por parte do representante pontifício, da acção empreendida pelo bispo de Coimbra relativamente ao tomismo. Mas não só quanto a esta matéria. Recordem-se os problemas levantados pelos antecessores de Vannutelli à nomeação de Bastos Pina e a polémica com sectores legitimistas em torno do seu discurso de abertura da sessão de 1883⁶⁰.

⁵² Para uma descrição pormenorizada, incluindo resumos de alguns dos discursos, cf.: Festa religiosa e litteraria em honra de Santo Thomaz d'Aquino no Seminario Episcopal de Coimbra. *Ibidem* 161-175. Cf. também: Discurso proferido pelo padre Augusto Eduardo Nunes na Academia de Santo Thomaz d'Aquino que se celebrou no Seminario de Coimbra, a 2 de Maio de 1890 (datado de 30.4.1880). *Idem*. Vol. II, n.º 7 (1880) 204-207.

⁵³ Luiz M. S. Ramos – A festa de Santo Thomaz d'Aquino e a solemne Academia em sua honra no Seminario Episcopal de Coimbra. *Idem*. Vol. III, n.º 12 (1882) 355.

⁵⁴ Resumos dos discursos e outros elementos em *Ibidem* 353-361. Cf., na íntegra, o diálogo *A missão providencial de Santo Thomaz de Aquino*, recitado por alunos do Seminário: *Idem*. IV ano, n.º 5 (1883) 151-154.

⁵⁵ Luiz M. S. Ramos, «A festa de Santo Thomaz d'Aquino e a solemne Academia em sua honra no Seminario Episcopal de Coimbra» *Idem*. Vol. III, n.º 12 (1882) 361.

⁵⁶ Academia de Sancto Thomaz d'Aquino. Sessão solemne em 20 de Maio de 1883. Discurso d'abertura pronunciado pelo Ex.^{mo} Sr. Bispo Conde. *Instituições Christãs*. I ano, 1.^a série, n.º 11 (5.6.1883) 285-291.

Perante uma audiência de cerca de 700 pessoas ⁶¹, os discursos versariam a apologia da metafísica (Augusto Eduardo Nunes), a importância e insuficiência da filosofia, a união entre a ciência e a fé, a razão e a revelação, a filosofia e a teologia (Gaspar Alves de Frias Ribeiro) ou as causas finais e a ciência (Manuel de Azevedo Araújo e Gama) ⁶². Realce, ainda, para o poema de Bernardo Augusto de Madureira, de homenagem à Academia: O Sol d'Aquino ⁶³.

A 31 de Maio de 1885, realizar-se-ia uma nova sessão solene da Academia. Desta vez, seria o secretário da Nunciatura, J. B. Guidi, que marcaria presença em representação do núncio apostólico em Lisboa. À diferença do seu representado no ano anterior, não faria qualquer discurso, mas declamaria poesias da sua autoria ⁶⁴.

Manuel de Azevedo Araújo e Gama, professor da Faculdade de Teologia, discursaria pela última vez nestas sessões. Interveniente activo na polémica entre a Faculdade e Bastos Pina, veria dois dos seus livros sobre esse problema serem inscritos no Index (*Explicações ao Publico*, de 1886, e *Analyse Critica do Libelo Accusatorio*, de 1888). Na Academia, reivindicara para a teologia o valor científico que já dispusera na Idade Média. João Bernardo Heitor de Ataíde, por seu lado, abordaria as teorias de S. Tomás sobre a alma humana, demonstrando a insuficiência do animismo e do vitalismo. José Pinto Rachão referir-se-ia à escola evolucionista e ao método experimental indutivo ⁶⁵.

⁵⁷ Festa religiosa e litteraria em honra de Santo Thomaz d'Aquino no Seminario Episcopal de Coimbra. *A Civilização Catholica*. Vol. II, n.º 6 (1880) 175; A festa de Santo Thomaz d'Aquino e a solemne Academia em sua honra no Seminario Episcopal de Coimbra», in *Idem*. Vol. III, n.º 12 (1882) 354.

⁵⁸ Cf. as notícias e alguns dos discursos nas *Instituições Christãs*: 20 de Maio de 1883. I ano, 1.ª série, n.º 11 (5.6.1883) 291-294; A religião e a arte. I ano, 2.ª série, n.º 3 (5.8.1883) 66-69 e I ano, 2.ª série, n.º 5 (5.9.1883) 120-124; Importância social do clero. I ano, 2.ª série, n.º 6 (20.9.1883) 159-164.

⁵⁹ Como seria esclarecido, apenas a direcção dos trabalhos académicos pertenceria ao bispo de Coimbra, dado que «a presidência superior e honoraria» seriam atribuídas ao núncio apostólico (cf. *Instituições Christãs*. II ano, 1.ª série, n.º 11 [5.6.1884] 337, n. 1). O seu discurso na Academia seria em latim (cf. uma resenha em português: *Ibidem* 344-345). Sobre a visita do núncio a Coimbra: cf. *Ibidem* 346-365.

⁶⁰ Relativamente a esta última questão, cf. supra n. 22.

⁶¹ De acordo com o próprio bispo de Coimbra, em carta ao secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça: Actos Episcopales no governo da diocese de Coimbra. *Instituições Christãs*. II ano, 2.ª série, n.º 4 (20.8.1884) 97.

⁶² Cf. notícias e discursos nas *Instituições Christãs*: II ano, 1.ª série, n.º 11 (5.6.1884) 360-363 e 366-372 (notícias); II ano, 1.ª série, n.º 11 (5.6.1884) 337-342

Como temos vindo a sugerir, o conflito entre Bastos Pina e os professores da Faculdade de Teologia, iniciado ainda em 1885, alteraria as circunstâncias da Academia ⁶⁶. Note-se que as polémicas entre o bispo de Coimbra e a Universidade tinham sido iniciadas em 1884, a propósito das exéquias do reitor (o visconde de Vila Maior, Júlio Máximo de Oliveira Pimentel) na Capela da Universidade, para além dos problemas suscitados, no mesmo ano, em torno da impressão de um compêndio de Augusto Eduardo Nunes ⁶⁷. Em 1886, os professores da Faculdade de Teologia abandonariam as funções docentes no Seminário de Coimbra e a redacção das *Instituições Christãs*, a qual, de resto e como já referido, deixaria de ser imprensa na Typographia da Universidade. Para resolver a questão, Bastos Pina iria contribuir para uma nova fase no ensino eclesiástico na sua diocese, nas *Instituições Christãs* e na própria Academia.

(discurso de abertura pelo bispo de Coimbra; de encerramento em 342-344); II ano, 1.^a série, n.º 12 (20.6.1884) 382-386 e II ano, 2.^o série, n.º 1 (5.7.1884) 419-422 (Augusto Eduardo Nunes); II ano, 2.^a série, n.º 2 (20.7.1884) 38-41; II ano, 2.^a série, n.º 3 (5.8.1884) 72-77; II ano, 2.^a série, n.º 4 (20.8.1884) 110-113 (Frias Ribeiro); II ano, 2.^a série, n.º 7 (5.10.1884) 207-212 e II ano, 2.^a série, n.º 8 (20.10.1884) 229-234 (Araújo e Gama).

⁶³ Publicado nas *Instituições Christãs*: II ano, 2.^a série, n.º 2 (20.7.1884) 42-45; II ano, 2.^a série, n.º 3, 5.8.1884 (68-71); II ano, 2.^a série, n.º 4 (20.8.1884) 105-109; II ano, 2.^a série, n.º 5 (5.9.1884) 136-140; II ano, 2.^a série, n.º 6 (20.9.1884) 169-174; II ano, 2.^a série, n.º 7 (5.10.1884) 203-206.

⁶⁴ Divi Thomae Aquinatis. *Instituições Christãs*. III ano, 1.^a série, n.º 12 (20.6.1885) 379-382. Na sessão de 1887, pouco antes de ser nomeado auditor da Nunciatura Apostólica em Munique (cf. V ano, 2.^a série, n.º 3 [5.8.1887] 95), Mons. Guidi voltaria a ler uma poesia: Roma Christiana. *Idem*. V ano, 1.^a série, n.º 12 (20.6.1887) 377-379.

⁶⁵ Cf., nas *Instituições Christãs*: III ano, 1.^a série, n.º 11 (5.6.1885) 337-338 e 359-368 e III ano, 2.^a série, n.º 12 (20.6.1885) 382-385 (notícias); III ano, 1.^a série, n.º 12 (20.6.1885) 368-377 e 377-378 (discursos de abertura e encerramento do bispo de Coimbra); III ano, 2.^a série, n.º 7 (5.10.1885) 205-208; III ano, 2.^a série, n.º 10 (20.11.1885) 299-302; IV ano, 1.^a série, n.º 2 (20.1.1886) 54-59 (Araújo e Gama); III ano, 2.^a série, n.º 1 (5.7.1885) 19-24; III ano, 2.^a série, n.º 2 (20.7.1885) 45-48; III ano, 2.^a série, n.º 3 (5.8.1885) 78-81; III ano, 2.^a série, n.º 4 (20.8.1885) 110-113; III ano, 2.^a série, n.º 5 (5.9.1885) 142-145 (Heitor de Ataíde); III ano, 2.^a série, n.º 8 (20.10.1885) 233-236; III ano, 2.^a série, n.º 9 (5.11.1885) 262-265; IV ano, 1.^a série, n.º 1 (5.1.1886) 17-19; IV ano, 1.^a série, n.º 4 (20.2.1886) 108--110; IV ano, 1.^a série, n.º 5 (5.3.1886) 138-140; IV ano, 1.^a série, n.º 6 (20.3.1886) 176--178; IV ano, 1.^a

4. A Academia de S. Tomás de Aquino e a acção de Tiago Sinibaldi

Tendo como ponto de referência os relatórios sobre as actividades da Academia, podemos considerar o ano de 1886 como sendo de transição na vida da Academia de S. Tomás de Aquino. Nesse ano, não se realizou a sessão solene, dado que Bastos Pina se deslocou a Roma em visita *ad sacra limina* a Leão XIII. A esta ida a Roma não terá sido alheia a polémica com os professores da Faculdade de Teologia. Bastos Pina pediu a Leão XIII que lhe indicasse um especialista em filosofia tomista para assegurar, com regularidade, o ensino da disciplina no Seminário e garantir a sua efectiva restauração na diocese. Ainda em Setembro desse ano, Tiago Sinibaldi chegaria a Coimbra.

No entanto, não nos parece que Tiago Sinibaldi tenha exercido uma significativa acção que tivesse conferido um novo fulgor à Academia, enquanto instituição. Pelo contrário, sugerimos mesmo que o teólogo vindo de Roma tenha mesmo contribuído para o seu fim, ou melhor, para o esgotamento da sua intencionalidade inicial. Aliás, a sua vinda para Coimbra não possuía como objectivo primordial a dinamização da Academia, que, recorde-se, apenas constituía um instrumento de divulgação do tomismo.

É inegável o impacto que a investigação de Sinibaldi sobre o tomismo obteve em Portugal, principalmente pela obra que deixou. De facto, *Elementos de Philosophia* (1891-1892) foi um importante compêndio, de consideráveis circulação e utilização em Portugal. Poderemos afirmar que a elaboração desta obra tenha sido possibilitada pelas condições criadas por Bastos Pina quanto à renovação dos estudos sobre o tomismo, nas quais se incluíam a Academia, as *Instituições Christãs* e a cadeira no Seminário de Coimbra. Sinibaldi interveio em todas ⁶⁸. No entanto, as actividades da Academia não foram substancialmente impulsionadas pela sua acção. Já o movimento de restauração do tomismo em Portugal e o perfil das instituições que foram criadas para o efeito em Coimbra foram, estes sim, profundamente transformados.

série, n.º 8 (20.4.1886) 235-238; IV ano, 1.ª série, n.º 9 (5.5.1886) 268-271 (Pinto Rachão).

⁶⁶ Sobre esta polémica, cf.: M. d'Almeida Trindade – *A Faculdade de Teologia e o Incidente com o Senhor Bispo-Conde D. Manuel Correia de Bastos Pina*. Separata de *Lumen, Revista de Cultura do Clero*. Lisboa: Tip. da União Gráfica, 1954; Vítor Neto – *O Estado, a Igreja e a Sociedade*, p. 203-218; A. Jesus Ramos – *O Bispo de Coimbra*, p. 341-

4.1. As sessões doutriniais

Com Sinibaldi, apenas se realizaram mais seis sessões solenes da Academia de S. Tomás de Aquino. Em 1893, eram interrompidas, sem que daí pareça ter resultado um vazio institucional. Meses antes, o seu órgão oficial tinha deixado de se publicar. Por outro lado, a única alteração verificada na Academia de S. Tomás de Aquino, a partir de 1886, foi a criação de conferências ordinárias, que, aliás, apenas se terão realizado entre 1887 e 1889. Naturalmente, versaram temas relativos à doutrina de S. Tomás e nem todas foram realizadas por Sinibaldi. Visariam um público mais restrito e um maior índice de especialização, pelo que teriam um impacto público bem diferente das sessões solenes. Para além da difusão da doutrina tomista, pretendia-se que os alunos do Seminário, principais ou mesmo únicos participantes, aplicassem, perante as questões colocadas por Sinibaldi, o método escolástico ⁶⁹.

Nas conferências regulares da Academia, Sinibaldi desenvolveria temas como a criação (20.1.1887), as leis físicas do mundo (10.2.1887), a conservação do mundo (10.3.1887) e, já no ano lectivo de 1887/1888, dedicar-se-ia à própria *Summa Teológica*. Apenas alguns textos destas últimas seriam publicados nas *Instituições Christãs*. Encontramos também notícia de conferências proferidas por Joaquim Luís da Silva, aluno do 1.º ano do Curso Teológico, sobre a essencial composição dos corpos, e Joaquim dos Santos Abranches, professor e futuro director espiritual do Seminário, sobre o optimismo ⁷⁰.

Quanto às sessões solenes, nenhuma novidade relativamente ao esquema geral, para além dos relatórios sobre as actividades da Academia, da responsabilidade do vice-reitor do Seminário e apresentados de 1889 em diante, ou da presença do próprio Sinibaldi. No dia 5 de Junho de 1887, seriam estes os principais intervenientes, para além do bispo de Coimbra. Sinibaldi abordaria o problema da união da alma humana com o corpo e dedicaria uma poesia, escrita em latim, ao bispo de Coimbra. Também

409.

⁶⁹ Cf. J. M. da Cruz Pontes – *Para a História da Faculdade de Teologia no Século XIX: Beneplácito Régio contra a Autonomia do Ensino*. Separata de *Universidade(s). História. Memória. Perspectivas*. Coimbra, 1991. As três polémicas mereceriam, naturalmente, a atenção das *Instituições Christãs*: IV ano, 1.ª série, n.º 3 (5.2.1886) 74-81; VI ano, 1.ª série, n.º 9 (9.5.1888) 257-304; VII ano, 2.ª série, n.º 9 (5.11.1889) 257-304; VII ano, 2.ª série, n.º 11 (5.12.1889) 337-340; VII ano, 2.ª série, n.º 12 (20.12.1889) 369-381 (professores da Faculdade); II ano, 2.ª série, n.º 10

Eugénio de Castro seria o responsável por uma poesia sobre S. Tomás de Aquino ⁷¹. Em 3 de Junho de 1888, seria novamente conferido destaque ao discurso de Sinibaldi, sobre o transformismo, bem como ao de Egídio Pereira de Oliveira e Azevedo, sobre o homem pré-histórico. Nesta sessão, discursaria, ainda, Francisco José Viegas, aluno do 1.º ano, sobre a criação da matéria ⁷².

No dia 2 de Junho de 1889, Tiago Sinibaldi faria a crítica da moral evolucionista e António José da Silva apresentaria um primeiro relatório das actividades da Academia ⁷³. A principal novidade deste ano seria a divulgação dos estatutos provisoriamente aprovados por Bastos Pina, aos quais nos reportaremos adiante.

As sessões solenes de 1890 e 1892 não introduziram quaisquer novidades face às anteriores. Em 8 de Junho de 1890 e 5 de Julho de 1892, novos relatórios de António José da Silva e mais dois discursos de Sinibaldi, dedicados, respectivamente, às relações entre o cérebro e o pensamento e à responsabilidade dos actos humanos e a nova escola criminalista ⁷⁴.

(20.11.1884) 290-293; III ano, 1.ª série, n.º 2 (20.1.1884) 33-75; III ano, 1.ª série, n.º 3 (5.2.1885) 81-95; III ano, 2.ª série, n.º 12 (20.12.1885) 362-376 (jurisdição da Capela da Universidade); II ano, 2.ª série, n.º 12 (20.12.1884) 364-367 (compêndio de Augusto Eduardo Nunes, que era professor da Faculdade e do Seminário e viria a ser arcebispo de Évora).

⁶⁸ Para além dos discursos na Academia, conferências ou pregações em diferentes ocasiões, apenas publicou um trabalho nas *Instituições Christãs*, que não parece ter sido terminado: cf. Do homem. V ano, 1.ª série, n.º 1 (5.1.1887) 14-16; V ano, 1.ª série, n.º 2 (20.1.1887) 41-44; V ano, 1.ª série, n.º 3 (5.2.1887) 65-68; V ano, 1.ª série, n.º 6 (20.3.1887) 175-178; V ano, 2.ª série, n.º 7 (5.10.1887) 209-211; V ano, 2.ª série, n.º 8 (20.10.1887) 238-241.

⁶⁹ Cf. E. M – O ensino da filosofia tomista no Seminário de Coimbra. *Correio de Coimbra*. 1722 (19.4.1956) 1 e 6.

⁷⁰ Sobre a *Suma Teológica*, cf. VII ano, 2.ª série, n.º 10 (20.11.1889) 318-321 e VII ano, 2.ª série, n.º 11 (5.12.1889) 346-349. Resumos das demais conferências de Sinibaldi: V ano, 1.ª série, n.º 3 (5.2.1887) 76-79 (criação); V ano, 1.ª série, n.º 4 (20.2.1887) 115-118 (leis físicas do mundo); V ano, 1.ª série, n.º 9 (5.5.1887) 278-281 (conservação do mundo). Notícias das outras conferências: V ano, 1.ª série, n.º 6 (20.3.1887) 189 (Joaquim Luís da Silva) e V ano, 1.ª série, n.º 9 (5.5.1887) 288 (Santos Abranches).

⁷¹ Cf. nas *Instituições Christãs*: V ano, 1.ª série, n.º 12 (20.6.1887) 387-393 (notícia); *Ibidem* 354-356 e 356-357 (discursos de abertura e de encerramento do bispo de Coimbra); *Ibidem* 358-366 (Sinibaldi); *Ibidem* 369-376 (António José da Silva). Estavam inscritos, mas não tiveram ocasião de discursar: Francisco dos Santos Pimenta, aluno do 1.º ano teológico (sobre a origem da alma humana: *Ibidem* 382-386,

Na última sessão solene realizada no período de existência das *Instituições Christãs* (1892), Bastos Pina reportar-se-ia à *Rerum Novarum*. Elogiando o documento, considera que a questão social é mais relevante que o problema financeiro, mesmo que este coloque em causa a independência do país:

«Não perturbam os nossos espiritos nem confrangem os nossos corações só as grandes dificuldades financeiras e economicas do nosso paiz [...] Assustam-nos sobre tudo os grandes perigos e horrores da chamada questão social, não porque seja menos legítimo e menos sympathico a quem tiver um coração bem formado o direito com que os operarios procuram mais alguma porção de gozo e de bem-estar social para a sua classe, mas porque são d'exterminio e de todo o ponto anarchicos, subversivos e medonhos os processos com que pretendem conseguir o seu fim.»⁷⁵

Depois de reafirmar a importância da harmonia entre o Estado e a Igreja, para a qual é irrelevante o tipo de governo, esclarece que a religião e a Igreja são precioso auxílio do Estado e dos governos na «resolução das graves crises sociaes», dado que «é sempre da Religião que vai a verdadeira seiva para nutrir e conservar a vida do grande organismo social». Por isso seria um erro, separar a Igreja do Estado ou «se vá buscar a moral, de que a sociedade não pôde prescindir, não ao Evangelho mas a uma certa *idea do bem*». Por isso mesmo, conclui, «so d'ella [da Religião] é que pôde vir auxilio efficaz para o apaziguamento do grande conflicto social»⁷⁶.

Tal como os demais documentos de Leão XIII na época, também a *Rerum Novarum* foi publicada na revista, ainda que não tenha tido um

Egídio Pereira de Oliveira e Azevedo, sobre a restauração da filosofia de S. Tomás e a importância dos Seminários e das Academias (V ano, 2.^a série, n.º 1 [5.7.1887] 11-16; V ano, 2.^a série, n.º 2 [20.7.1887] 48-53; V ano, 2.^a série, n.º 3 [5.8.1887] 74-81) e Joaquim dos Santos Abranches, sobre a sede da alma (V ano, 2.^a série, n.º 9 [5.11.1887] 267-271). Quanto às poesias de Sinibaldi e de Eugénio de Castro, cf.: V ano, 1.^a série, n.º 12 (20.6.1887) 368-369 e 379-382.

⁷² Cf. nas *Instituições Christãs*: VI ano, 1.^a série, n.º 11 (5.6.1888) 337-339 e 367--368; VI ano, 1.^a série, n.º 12 (20.6.1888) 395; VI ano, 2.^a série, n.º 2 (20.7.1888) 58-59; (notícias); VI ano, 1.^a série, n.º 12 (20.6.1888) 372-377 e 377-379 (discursos de abertura e de encerramento do bispo de Coimbra); VI ano, 2.^a série, n.º 1 (5.7.1888) 9-17 e VI ano, 2.^a série, n.º 2 (20.7.1888) 46-57 (Sinibaldi); VI ano, 2.^a série, n.º 3 (5.8.1888) 84-88; VI ano, 2.^a série, n.º 4 (20.8.1888) 105-111; VI ano, 2.^a série, n.º 5 (5.9.1888) 137-145; VI ano, 2.^a série, n.º 6 (20.9.1888) 175-184; VI ano, 2.^a série, n.º 7 (5.10.1888) 199-208 e VI ano, 2.^a série, n.º 8 (20.10.1888) 228-

impacto tão vasto como se poderia supor. Aliás, notámos mesmo um maior relevo dos problemas operários e sociais antes da encíclica ter sido divulgada ⁷⁷.

4.2. Os estatutos

Em 1889, António José da Silva divulgava os estatutos da Academia de S. Tomás de Aquino ⁷⁸. O conhecimento do documento ocorria nove anos após a primeira sessão e seis após a definitiva inauguração, consagrando, assim, uma determinada trajectória. Por outro lado, os estatutos poderiam constituir um relevante impulso institucional, enquanto estruturação dos objectivos e da dinâmica interna. Para além do mais, eram acompanhados de um programa de realizações futuras. Contudo, mais não foram do que o anúncio do fim da Academia. Quatro anos volvidos, realizava-se a última sessão solene. Ainda em 1889, o conflito entre o bispo de Coimbra e os professores da Faculdade de Teologia conheceu novos e relevantes desenvolvimentos. Tal facto, aliás, parece ter sido invocado por António José da Silva no ano seguinte para justificar os atrasos quanto à mais importante vertente da acção da Academia nesta sua última fase: as publicações ⁷⁹.

236 (Egídio de Azevedo).

⁷³ Cf. nas *Instituições Christãs*: VII ano, 1.^a série, n.º 11 (5.6.1889) 322-324 e 345 e VII ano, 2.^a série, n.º 4 (20.8.1889) 126-128 (notícias); VII ano, 1.^a série, n.º 12 (20.6.1889) 355-365 (discursos de abertura e de encerramento de Bastos Pina) e VII ano, 2.^a série, n.º 1 (5.7.1889) 7-20 (relatório).

⁷⁴ Quanto à sessão de 1890, cf. nas *Instituições Christãs*: VIII ano, 1.^a série, n.º 12 (20.6.1890) 370-372 (notícia); *Ibidem* 353-364 (discursos de abertura e de encerramento do bispo de Coimbra); VIII ano, 2.^a série, n.º 1 (5.7.1890) 16-19 (resumo da 2.^a parte do relatório de António José da Silva); VIII ano, 2.^a série, n.º 4 (20.8.1890) 114-117 e VIII ano, 2.^a série, n.º 5 (5.9.1890) 143-148 (discurso de José Duarte Dias de Andrade, que não chegou a ser pronunciado devido ao adiantado da hora, sobre o milagre). Quanto à sessão de 1892, cf. nas *Instituições Christãs*: X ano, 1.^a série, n.ºs 11 e 12 (20.6.1892) 321 e 380-384 (notícias); *Ibidem* 322-334 (discursos de abertura e de encerramento do bispo de Coimbra); X ano, 2.^a série, n.º 1 (5.7.1892) 27-29 (comentário ao discurso de abertura); X ano, 1.^a série, n.ºs 11 e 12 (20.6.1892) 339-345 (relatório); *Ibidem* 346-360 (Sinibaldi); *Ibidem* 366-374 (discurso de José Duarte Dias de Andrade sobre a harmonia entre a bíblica e a ciência quanto à origem do mundo); *Ibidem* 374-380 (discurso de Manuel Caetano da Silva Júnior sobre a origem da vida sobre a terra, que, à semelhança do anterior, não chegou a ser proferido devido ao adiantado da hora).

⁷⁵ *Instituições Christãs*. X ano, 1.^a série, n.ºs 11 e 12 (20.6.1892) 323.

⁷⁶ *Ibidem* 326-327. Cf. os comentários de alguns órgãos da imprensa a este discurso em *Idem*. X ano, 2.^a série, n.º 1 (5.7.1892) 27-29.

Por outro lado, convém notar que os estatutos estavam previstos desde 1883, quando foi anunciado que a sua impressão estava iminente⁸⁰. Também talvez não fosse inocente o facto dos estatutos terem obtido apenas a «provisoria aprovação» de Bastos Pina. De acordo com o seu autor, pretendia-se definir «algumas regras destinadas a dirigir e moderar os [...] trabalhos» da instituição⁸¹. A este aparentemente complexo processo de aprovação talvez não seja alheia uma certa indefinição quanto à identidade da instituição, pelo menos no que diz respeito à sua não redução a sessões públicas anuais.

Eram, finalmente, portanto, sistematizados as finalidades e os instrumentos da Academia. Quanto às primeiras: «estudar, explicar, defender e propagar as doutrinas philosophicas e theologicas» de S. Tomás; «demonstrar o seu accordo e harmonia com os progressos feitos pelas sciencias»; «combater os principaes erros da actualidade pela justa applicação das doutrinas do Angelico Doutor» (art. 3.º). Os meios empregues eram os já conhecidos: a cadeira no Seminário, as conferências ordinárias, o periódico e a sessão solene anual (art. 4.º).

As novidades mais relevantes destes estatutos eram as figuras dos académicos e o Conselho Académico. Quanto aos académicos, eram previstas quatro classes: honorários, efectivos, correspondentes e aspirantes (arts. 9.º-16.º). Convém referir que não era muito claro o processo de atribuição dos diplomas respectivos, nem sequer a quem competia fazê-lo. As excepções eram os honorários (exclusiva responsabilidade do presidente: art. 10.º) e os aspirantes (os alunos do curso superior de Ciências Eclesiásticas do Seminário de Coimbra: art. 14.º).

Alguns dos efectivos eram-no por inerência (os professores de ciências eclesiásticas no Seminário: n.º 1.º do art. 11.º). Os demais seriam os presbíteros residentes em Coimbra a quem fosse reconhecido «merecimento» (n.º 2.º do art. 11.º). Note-se que os académicos efectivos não seriam mais de 30 (§ único do art. 11.º). Por seu lado, os correspondentes eram os indivíduos, portanto, não necessariamente presbíteros, que não residissem em Coimbra e a quem fossem reconhecidos «serviços prestados» à Academia (art. 13.º). Aos seculares, poderiam ser atribuídos os diplomas de honorário, efectivo ou correspondente, «por suas virtudes, e por notaveis publicações» relativas às finalidades da instituição (art. 16.º).

⁷⁷ Cf. IX ano, 2.ª série, n.º 1 (5.7.1891) 3-13; IX ano, 2.ª série, n.º 2 (20.7.1891) 33-41; IX ano, 2.ª série, n.º 3 (5.8.1891) 65-77 (encíclica); IX ano, 1.ª série, n.º 9 (5.5.1891) 302 (notícia sobre a sua conclusão); IX ano, 1.ª série, n.º 11 (5.6.1891) 359-360 (brevíssimo resumo e notícia sobre como está a ser bem recebida). Relativamente ao

Quanto ao Conselho Académico, seria constituído pelo director, um secretário e três vogais (um dos quais o professor de Filosofia Tomista, os demais seriam escolhidos pelo presidente da Academia, que era o bispo de Coimbra). Tinha por atribuição determinar a ordem de trabalhos das sessões da Academia e avaliar quais os textos que deveriam ser publicados nas *Instituições Christãs* (arts. 7.º, 20.º e n.º 3.º do 21.º). Poder-se-á inferir uma certa confusão entre redacção da revista e este conselho, ou, o que não será improvável, uma tentativa de transformação da primeira no segundo.

Seja como for, não nos parece que qualquer destes processos institucionais tenha tido lugar. Não registámos relevantes notícias quanto à vida do Conselho Académico, nem sequer quanto à identificação das classes dos membros da Academia. Mais importante ainda, não foi notório que, como era previsto nos mesmos Estatutos, nas sessões solenes tenham sido distribuídas quaisquer distinções, outra das novidades constantes do documento ⁸². Na nossa perspectiva, portanto, os estatutos não possuíam uma notória aplicação prática, nem comportaram qualquer significativa alteração na dinâmica institucional da Academia.

Convém, ainda, assinalar um ponto já aludido, mas ainda não reflectido. Com estes estatutos, era consagrada a designação oficial da instituição a que nos reportamos, Academia Conimbricense de Santo Thomaz d'Aquino, e que não era absolutamente coincidente com a designação anteriormente utilizada e que se manteve desde sempre no título das *Instituições Christãs* (Academia de Santo Thomaz d'Aquino no Seminário Episcopal de Coimbra). Não nos parece que estejamos apenas perante um simples “jogo de palavras”. A Academia nasceu no Seminário e nele sempre funcionou, sob a direcção dos seus reitor (o bispo de Coimbra) e vice-reitor (António José da Silva). Num discurso que Egídio Pereira de Oliveira e Azevedo não chegou a proferir na sessão solene de 1887, mas que foi publicado, era referido que as academias religioso-científicas eram geradas no contexto da formação do clero e só assim se compreendiam ⁸³. Nos estatutos, a sede

impacto da questão social nas *Instituições Christãs*, antes da *Rerum Novarum*, cf. A Igreja e a questão social. VII ano, 1.ª série, n.º 11 (5.6.1889) 334-336; O socialismo alemão e as grèves de Westphalia. Ibidem 336-337; Discurso de S. Santidade Leão XIII aos operários francezes, no dia 20 de outubro ultimo. VII ano, 2.ª série, n.º 10 (20.11.1889) 305-308; Leão XIII e a questão operária. VII ano, 2.ª série, n.º 11 (5.12.1889) 340-343 (Conferência de de la Rive, na Academia de S. Maurício, em Genebra, transcrita de *A Palavra*); Leão XIII e Guilherme II. VIII ano, 1.ª série, n.º 8 (20.4.1890) 225-227 (troca de correspondência, iniciada pelo imperador da Alemanha

da Academia Conimbricense era no Seminário de Coimbra, o que torna apenas aparente a diferença.

No entanto, parece-nos haver uma ligeira alteração, que poderá manifestar a tendência para alargar o âmbito da pertença da Academia: do Seminário («no Seminário») para toda a diocese de Coimbra («Conimbricense», com sede no Seminário). Também assim se poderá explicar a introdução da figura dos académicos, principalmente dos efectivos (os presbíteros residentes em Coimbra que possuíssem especiais merecimentos).

4.3. As publicações

Mas, a maior importância da Academia no período de Sinibaldi viria a situar-se no plano das obras que, no seu âmbito, foram produzidas. Em 1889, António José da Silva apresentou um ambicioso programa de publicações, apoiado na existência de uma tipografia própria. Os temas das obras propostas constituem como que um roteiro das principais questões que suscitaram o recurso ao tomismo, para além da sua utilização como manuais escolares:

«Influencia da philosophia thomistica nos Estudos theologicos em Portugal. – A origem do poder na sociedade, segundo a doutrina de Santo Thomaz. – Constituição da Igreja: Dissertação Dogmatico-Escholastica. – Exposição e critica das diversas theorias sobre a origem da alma humana. – Noções elementares do direito ecclesiastico pelo professor da respectiva cadeira. – Lições de Escriptura Sagrada pelo professor da respectiva cadeira» ⁸⁴.

A estruturação de conteúdos era um importante resultado prático da recuperação do sistema filosófico de S. Tomás. Em 1892, António José da Silva fazia o elenco das publicações efectuadas, sendo que nem todas possuíam a chancela da Typographia das Instituições Christãs (a que sucederia a Typographia do Seminario), enquanto outras eram discursos pronunciados na Academia ou textos entretanto publicados na revista, plataforma inicial para a divulgação daqueles trabalhos ⁸⁵.

com o envio do programa da Conferência Internacional, reunida em Berlim e iniciada em 15.3.1890, para discutir a questão operária); Carta do soberano pontífice ao sr. arcebispo de Colonia sobre a questão social (20.4.1890). VIII ano, 1.ª série, n.º 11 (5.6.1890) 320-323.

⁷⁸ Cf. Estatutos da Academia Conimbricense de Santo Thomaz d' Aquino. *Institui-*

Mas, a obra mais importante, no que ao tomismo propriamente dito concerne, seria o compêndio de Tiago Sinibaldi, escrito em português ⁸⁶. O director da Academia classificava-o como «o mais poderoso instrumento na restauração da verdadeira philosophia em Portugal» ⁸⁷. A abrir a publicação, o próprio autor identificava um alcance formativo, justificava a abordagem da ontologia e cosmologia e esclarecia os recursos metodológicos adoptados:

«Será impossivel preparar a mocidade estudiosa para se não deixar surprehender pelos sophismas enganadores do erro. Sincera e inteiramente convencidos de que o espiritalismo e a Religião não devem recêar-se de novos combates, encetámos a lucta sem tergiversar, sem transigir, acompanhando os falsos systemas nas suas mais recentes manifestações atravez dos livros dos seus representantes mais famigerados, sem nos intimidarem as louçanias do estylo, nem a vehemencia da declamação. [...] Entrámos no campo dos nossos adversarios, que é o das sciencias naturaes, e empregámos as armas que elles empregam, que são as descobertas, de que tanto e com razão se ufana o nosso seculo. Estudámos atentamente as obras dos naturalistas mais modernos, mais seguros e accreditados, e podemos verificar que os factos, citados pelos materialistas e positivistas em defeza dos seus desvarios, ou eram imaginarios ou falsamente interpretados» ⁸⁸

ções Christãs. VII ano, 2.^a série, n.º 1 (5.7.1889) 20-24.

⁷⁹ Cf. Academia Conimbricense de Santo Thomaz d'Aquino. *Instituições Christãs*. VIII ano, 2.^a série, n.º 1 (5.7.1890) 16-19. De facto, todo o n.º 9 de 1889 (VII ano, 2.^a série [5.11.1889]) da revista, foi dedicado ao referido conflito (cf. ainda VII ano, 2.^a série, n.º 11 [5.12.1889] 337-340; VII ano, 2.^a série, n.º 12 [20.12.1889] 369-381; VII ano, 2.^a série, n.º 12 [20.12.1889] 394-396). Cf., também, a *A Verdade* (1889), publicação periódica redigida por José Maria Rodrigues.

⁸⁰ Cf. 20 de Maio de 1883. *Instituições Christãs*. I ano, 1.^a série, n.º 11 (5.6.1883) 292.

⁸¹ Academia Conimbricense de S. Thomaz d'Aquino. Relatório pelo conego vice-reitor do Seminário, director da mesma academia em sessão solemne de 2 de Junho de 1889. *Instituições Christãs*. VII ano, 2.^a série, n.º 1 (5.7.1889) 16.

⁸² Seria mesmo desmentida uma notícia quanto ao pedido de Bastos Pina ao papa para conceder o «grau de doutor em philosophia de S. Thomaz d'Aquino» aos alunos dos seminários diocesanos que concluíssem o curso eclesiástico com distinção (Notícia inexacta. *Instituições Christãs*. IX ano, 1.^a série, n.º 8 [20.4.1891] 270).

⁸³ Cf. Discurso que devia ser recitado na sessão solemne da Academia de Santo Thomaz d'Aquino no Seminário de Coimbra em 5 de Junho de 1887. *Instituições Christãs*. V ano, 2.^a série, n.º 1 (5.7.1887) 11-16 (continua: V ano, 2.^a série, n.º 2 [20.7.1887] 48-53 e V ano, 2.^a série, n.º 3 [5.8.1887] 74-81).

Na posterior edição, são patenteadas as apreciações extremamente favoráveis de Leão XIII, de jornais e revistas portuguesas (como o *Correio Nacional* ou *A Palavra*) e de revistas italianas (como *Divus Thomaz*, de Piacenza, *La Scuola Cattolica*, de Milão, ou *Civiltá Cattolica*, de Roma)⁸⁹. Nesta edição, Sinibaldi acrescenta «elementos de Moral e de direito natural ou filosofia do direito», ausentes da original⁹⁰.

A maior relevância desta obra e, principalmente, do contexto em que a mesma foi produzida, situar-se-ia nas suas repercussões em Portugal. Ao ser difundido, o compêndio de Sinibaldi iria sustentar a recuperação do tomismo para além de Coimbra. Tratava-se, de facto, de um importante instrumento de trabalho, que tinha em consideração os estudos mais recentes e que se encontrava escrito em português.

Ainda em 1892, Manuel José Martins Capela (1842-1925), professor de Filosofia no Liceu Nacional de Viana do Castelo, utilizava aquela obra nas suas aulas. Para suprir a lacuna nos conteúdos da sua primeira edição, que Sinibaldi, aliás, reconheceria, Martins Capela viria a imprimir, em 1893, apontamentos de filosofia moral ou ética. Entretanto, em 1896, seria nomeado como primeiro professor da cadeira de Filosofia de Santo Tomás, anexa ao 1.º ano do curso do Seminário de Braga, criada nesse mesmo ano⁹¹. Após uma sessão realizada em Braga, em 16 Maio de 1892, Leão XIII reconheceria, em Outubro seguinte, os resultados em Portugal da restauração tomista de Coimbra⁹².

O movimento começava, de facto, a alastrar a todo o país, evidenciando a importância da acção de Tiago Sinibaldi. Os seus efeitos são derivados e remetem, portanto, para o longo prazo. Com Sinibaldi, é a identidade da Academia que começa a ser alterada⁹³. As sessões públicas,

⁸⁴ *Instituições Christãs*. VII ano, 2.ª série, n.º 1 (5.7.1889) 7-20.

⁸⁵ Cf. Thiago Sinibaldi – *S. João da Cruz. Sermão Pregado na Igreja de Santa Theresa de Coimbra em 24 de Novembro de 1887*. s.l.: Typographia das Instituições Christãs no Seminario de Coimbra, 1888; José Alves Mattoso – *Apontamentos de Historia Universal em Harmonia com o Ultimo Programma Official*. 2 vols. (I: *Historia Antiga*; II: *Historia da Edade Media e Moderna*). Coimbra: Typographia das Instituições Christãs, 1889; Egidio Pereira de Oliveira e Azevedo – *O Homem Prehistorico. Discurso na Sessão Solemne da Academia Conimbricense de Santo Thomaz d'Aquino no Seminario de Coimbra*. Coimbra: Typographia das Instituições Christãs, 1889; Idem – *Religião e Critica*. Porto: Editores Lugan & Genelioux, successores de Ernesto Chardron, 1890; José Alves Mattoso – *Apontamentos de Geographia Geral em Harmonia com o Ultimo Programma para o Ensino nos Lyceus*. Coimbra: Livraria Portuguesa e Estrangeira de Manuel de Almeida Cabral, Editor, 1891; Joaquim dos Santos Abranches – *Questões Fundamentaes. Conferencias Religiosas Recitadas nos*

anuais e com larga audiência cumpriam um objectivo específico, mas que era de pertinência duvidosa a partir do momento em que ocorria a publicação de obras sistemáticas de maior alcance. O mesmo se diga quanto às conferências regulares, mesmo que principalmente orientadas para os alunos do seminário.

Da divulgação do tomismo junto das elites sociais e eclesiásticas, passava-se, principalmente por intermédio do compêndio de Sinibaldi, à assimilação dos seus conteúdos nas instâncias de formação do clero que não apenas de Coimbra. Tinham sido lançados os alicerces indispensáveis para novos desenvolvimentos em todo o país a partir da obra de S. Tomás de Aquino. A Academia cumprira a sua função: o tomismo tinha sido, de facto, restaurado em Portugal.

5. Um breve balanço sobre os instrumentos da restauração do tomismo

Como referimos, o último número das *Instituições Christãs* tem a data de 20 de Fevereiro de 1893. Cerca de quatro meses volvidos, ainda seria organizada uma sessão solene da Academia de S. Tomás de Aquino. No dia 11 de Junho, Tiago Sinibaldi e José Duarte Dias de Andrade discursariam sobre a moral positivista e a questão social, respectivamente ⁹⁴.

Domingos da Quaresma de 1891 na Sé Cathedral de Coimbra. Coimbra: Typographia das Instituições Christãs, 1891; José Duarte Dias de Andrade – *Conferencias Religiosas Recitadas na Sé de Coimbra*. Coimbra: Typographia das Instituições Christãs, 1892; Egidio Pereira de Oliveira e Azevedo – *Lições de Isagoge e Hermeneutica Sagrada*. Vol. I. Coimbra: Typographia das Instituições Christãs, 1892 (vol. II: na Typographia do Seminario, em 1894).

⁸⁶ Cf. *Elementos de Philosophia*. 2 vols. (I: *Logica, Ontologia, Cosmologia Geral*; II: *Cosmologia Especial, Psychologia, Theodicea*). Coimbra: Typographia das Instituições Christãs, 1891-1892.

⁸⁷ *Instituições Christãs*. X ano, 1.ª série, n.ºs 11 e 12 (20.6.1892) 343.

⁸⁸ *Elementos de Philosophia*. I vol. Coimbra: Typographia das Instituições Christãs, 1891, p. IX-X.

⁸⁹ Cf. *Elementos de Philosophia*. Vol. I: *Logica, Ontologia, Cosmologia*. Coimbra: Typographia do Seminario, 1894, p. VI e XIII-XVI.

⁹⁰ *Ibidem*, p. XVI.

⁹¹ Cf. J. M. da Cruz Pontes – Martins Capela. O escritor e o professor de filosofia tomista através das notas inéditas do seu “Diário”. *Bracara Augusta. Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*. 71/72 (1977) 93-137. Cf., ainda, o panorama que Martins Capela traçava, em 1888, sobre o ensino da filosofia nos seminários portugueses e o impacto em Portugal das medidas cedo adoptadas em Coimbra: *Philosophia em*

Não podemos precisar se esta foi, realmente, a última sessão solene da Academia Conimbricense S. Tomás de Aquino, com sede no Seminário. Numa mais vasta investigação sobre Bastos Pina, a que nos temos reportado, é mencionado que a instituição entrou em decadência a partir de 1900, isto é, quando Sinibaldi regressou a Roma ⁹⁵. Por ocasião do 6.º centenário da canonização de S. Tomás, em 1924, a festa realizada no Seminário incluiu «a Academia soléne no vasto salão», ou seja, uma sessão literária de acordo com o formato das realizadas nos anos 80 do século XIX ⁹⁶.

No entanto, a instituição iniciada em 1880 e oficialmente inaugurada em 1883 deixava de possuir uma das condições determinantes para o seu funcionamento: um órgão oficial, no caso as *Instituições Christãs*. Em 1892, a sessão solene contava ainda com o periódico, o que já não sucedia em 1893. À semelhança das sessões de 1880 e 1882, também a de 1893 não possuía um espaço próprio e regular na imprensa portuguesa. A sua projecção não podia ser a mesma. Mas, a restauração do tomismo já contava com novos instrumentos, criados no âmbito da própria Academia. As sessões solenes anuais eram subalternizadas ou deixavam de se realizar, pelo menos com o impacto que tiveram.

Criada no contexto da restauração do tomismo, a Academia de S. Tomás de Aquino cumprira, portanto, o seu papel. Isto também explica o facto dos responsáveis das *Instituições Christãs* nem parecerem muito preocupados com o facto de, terminando a publicação, a Academia deixar de ter um órgão oficial ⁹⁷. Como já referimos, a revista possuía outras finalidades (defesa do catolicismo na sociedade portuguesa e divulgação dos actos de governo da diocese), que, em 1893, podiam ser realizadas pelo *Correio Nacional* e pelo *Boletim Mensal do Governo Ecclesiastico da Diocese de Coimbra*.

Durante uma década, as *Instituições Christãs* reflectiram o trabalho dos professores do Seminário de Coimbra, reportados ou não ao neotomismo, âmbito no qual constitui um incontornável marco ⁹⁸. Nela, são

Portugal, Traços historico-criticos. *O Escholio*. 5 (1888) 148-152.

⁹² Cf. *Instituições Christãs*. X ano, 2.ª série, n.º 10 (20.11.1892) 289-292.

⁹³ Sobre a acção de Tiago Sinibaldi na diocese de Coimbra, note-se, ainda, a realização das conferências quaresmais, na Sé de Coimbra, em 1889 e 1890. De acordo com as *Instituições Christãs*, subordinar-se-iam, em 1889, a um tema geral, O conhecimento de Jesus Cristo (VII ano, 1.ª série, n.º 6 [20.3.1889] 186), que seria desdobrado nos seguintes: Jesus Cristo conhecido no mistério da Trindade (integralmente publicada: VII ano, 1.ª série, n.º 10 [20.5.1889] 290-299 e VII ano, 2.ª série, n.º 12 [20.12.1889] 386-392); Jesus Cristo conhecido no mistério da Encarnação; Jesus

também reflectidos o pontificado de Leão XIII (estão publicados os principais documentos e discursos⁹⁹), a acção de Bastos Pina (visitas pastorais, polémicas com *A Ordem* e com a Universidade) e as principais questões do catolicismo português da época (Congressos Católicos do Porto e de

Cristo conhecido nas suas palavras; Jesus Cristo conhecido nas suas obras; Jesus Cristo conhecido na sua paixão; Jesus Cristo conhecido na soledade de sua mãe santíssima; Jesus Cristo conhecido nas glórias da sua ressurreição. Neste ano, Sinibaldi seria o único conferencista. Em 1890, ainda de acordo com a mesma revista, faria a conferência do 4.º domingo da quaresma (16.3), sobre Jesus Cristo conhecido no mistério da eucaristia (notícia: VIII ano, 1.ª série, n.º 6 [20.3.1890] 189), e no domingo da paixão (23.3), sobre o sagrado coração de Jesus (notícia em: VIII ano, 1.ª série, n.º 7 [5.4.1890] 221; supostamente publicada em X ano, 2.ª série, n.º 1 [5.7.1892] 14--20 e X ano, 2.ª série, n.º 2 [20.7.1892] 40-48). Nas *Instituições Christãs*, foram, ainda, publicadas os seguintes sermões de Sinibaldi: no Seminário de Coimbra, por ocasião da festa de comemoração do 15.º aniversário da sagração episcopal de Bastos Pina, em 19.5.1887, sobre a missão dos bispos (V ano, 1.ª série, n.º 11 [5.6.1887] 325-333); na Igreja de Santa Teresa de Coimbra, em 24.11.1887, sobre S. João da Cruz (VI ano, 1.ª série, n.º 4 [20.2.1888] 105-112); na Igreja de Santa Teresa de Coimbra, em 1.11.1888, sobre Nossa Senhora de Lourdes (VI ano, 2.ª série, n.º 11 [5.12.1888] 324-330); na Igreja de Santo António dos Olivais, em 24.7.1888, sobre as sete dores de Nossa Senhora (VI ano, 2.ª série, n.º 9 [5.11.1888] 267-273 e VI ano, 2.ª série, n.º 10, [20.11.1888] 297-302).

⁹⁴ Cf. *Correspondencia de Coimbra*. 46 (13.6.1893) 1.

⁹⁵ Cf. A. Jesus Ramos – *O Bispo de Coimbra*, p. 285-286.

⁹⁶ Festa em honra de Santo Tomás d'Aquino no Seminário, *Boletim da Diocese de Coimbra*. Ano X, n.ºs 1 e 2 (1 e 15.4.1924) 14-15.

⁹⁷ Cf. Boletim mensal. *Instituições Christãs*. XI ano, 1.ª série, n.º 4 (20.2.1893) 126 e Antonio José da Silva, *Instituições Christãs*. *Ibidem* 126-128.

⁹⁸ Sobre o tomismo, cf. Prudencio Garcia – Breve notícia dos commentarios feitos á Summa Theologica de Santo Thomaz d'Aquino por theologos portuguezes (entre IV ano, 1.ª série, n.º 8 [20.4.1886] 238-242 e V ano, 1.ª série, n.º 3 [5.2.1887] 68-74); Idem – A Summa de Santo Thomaz e a Faculdade de Theologia da Universidade de Coimbra. X ano, 2.ª série, n.º 4 (20.8.1892) 105-110 e X ano, 2.ª série, n.º 5 (5.9.1892) 129-135; Idem – Theologia ascetico-mystica segundo a mente e os principios de Santo Thomaz d'Aquino. X ano, 2.ª série, n.º 6 (20.9.1892) 161-163 (os três estudos foram publicados: Idem – *A Teologia Tomista em Portugal*. Pref. notas e aditamentos de Pinharanda Gomes. Porto, Lello & Irmão, Editores: 1979, 31-154, 155-168 e 169-172); J. A. Mattoso – Origem do poder. VIII ano, 2.ª série, n.º 9 (5.11.1890) 278-283 (continua em: VIII ano, 2.ª série, n.º 10 [20.11.1890] 304-309; VIII ano, 2.ª série, n.º 11 [5.12.1890] 341-344); Transformismo e darwinismo (estudo critico) (entre X ano, 1.ª série, n.º 1 [5.1.1892] 41-44 e X ano, 1.ª série, n.º 10 [20.5.1892] 301-303). Sobre outras questões, cf. A.C. – O clero catholico perante a sociedade actual (entre I ano, 2.ª série, n.º 8 [20.10.1883] 205-206 e III ano, 2.ª série, n.º 10 [20.11.1885] 302-305); Prudencio Garcia – Alguns apontamentos para a historia do Seminario de Coimbra (entre V ano, 1.ª série, n.º 4 [20.2.1887] 111-115 e IX ano, 2.ª série, n.º 6 [20.9.1891] 160-167); Egydio Azevedo – O centenario da grande revolução francesa (entre VII ano, 1.ª série, n.º 10 [20.5.1889] 299-303 e VII ano, 2.ª série, n.º 7 [5.10.1889] 201-207); Pedro Alvares Nogueira – Catalogo dos bispos de

Braga, criação de um partido católico ou outro modelo de intervenção, recepção da política de *ralliement*). Como referimos no início, o tomismo não possuiu o exclusivo do espaço, mas foi o pretexto para uma publicação regular da diocese e permitiu fundamentar uma estratégia para o seu governo.

A Academia e as *Instituições Christãs* terminavam ao mesmo tempo, depois de terem desempenhado as suas funções específicas no âmbito de uma mesma intencionalidade. Por seu lado, o primeiro instrumento para a restauração do tomismo em Coimbra, a cadeira de Filosofia Tomista no *curriculum* do Seminário, continuaria até à República. Por intermédio das actividades desenvolvidas a partir daquelas instituição e publicação, as elites eclesiásticas de Coimbra continuariam a ser dotadas, por mais alguns anos, de um determinado enquadramento formativo.